

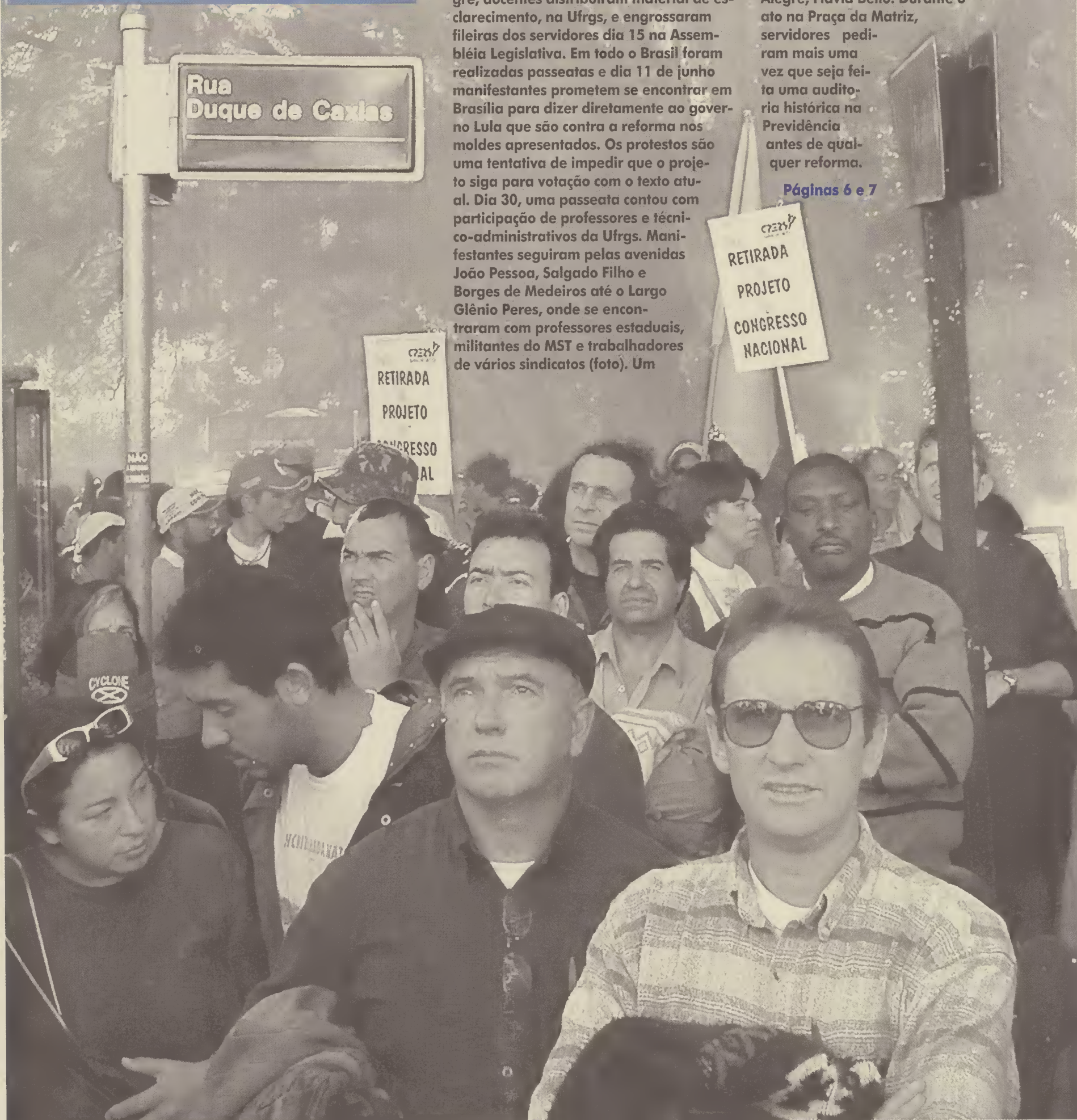
PREVIDÊNCIA

Mobilizados para barrar a reforma

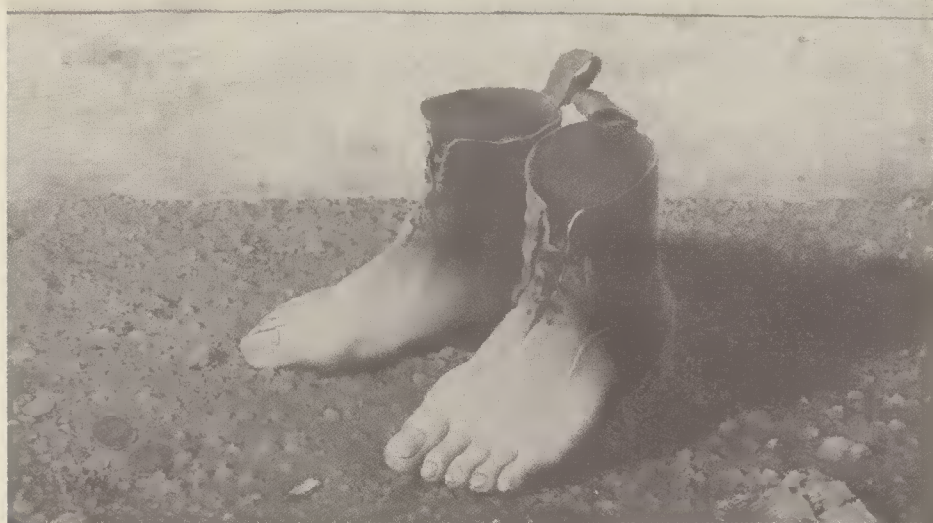
Crescem as mobilizações contra a proposta do governo de reforma da Previdência. Dias 9 e 10 de maio, Brasília foi palco da reunião do Setor da Ifes e da Plenária dos Servidores Públicos Federais. Em Porto Alegre, docentes distribuíram material de esclarecimento, na Ufrgs, e engrossaram fileiras dos servidores dia 15 na Assembleia Legislativa. Em todo o Brasil foram realizadas passeatas e dia 11 de junho manifestantes prometem se encontrar em Brasília para dizer diretamente ao governo Lula que são contra a reforma nos moldes apresentados. Os protestos são uma tentativa de impedir que o projeto siga para votação com o texto atual. Dia 30, uma passeata contou com participação de professores e técnico-administrativos da Ufrgs. Manifestantes seguiram pelas avenidas João Pessoa, Salgado Filho e Borges de Medeiros até o Largo Glênio Peres, onde se encontraram com professores estaduais, militantes do MST e trabalhadores de vários sindicatos (foto). Um

documento contendo as linhas gerais de reivindicação dos trabalhadores foi entregue a representantes do governo estadual, através da Casa Civil, e, à superintendente substituta do INSS em Porto Alegre, Flávia Bello. Durante o ato na Praça da Matriz, servidores pediram mais uma vez que seja feita uma auditoria histórica na Previdência antes de qualquer reforma.

Páginas 6 e 7



Detalhe de "O Modelo Vermelho"/René Magritte



Quem são os privilegiados?

A necessidade de mais justiça social e menos privilégios é usada como argumento para defender a reforma da Previdência recentemente proposta (PEC 40). Lula considera uma injustiça trabalhadores da iniciativa privada se aposentarem "com uma merreca" enquanto servidores públicos recebem aposentadoria integral. Seria muito bom se essa reforma, ao invés de acabar com a aposentadoria integral como quer o governo, possibilitasse a sua ampliação a todos os trabalhadores.

O governo Lula argumenta que a Previdência dos servidores públicos nas condições vigentes seria insustentável porque os recursos arrecadados dos servidores ativos já não conseguem dar conta do total de benefícios a serem pagos. O problema é que essa conta tem que ser feita de outra forma.

A Constituição Federal estabelece que a previdência dos servidores da União é de caráter contributivo e que deve ter equilíbrio financeiro e atuarial. É fácil verificar que pelas regras atuais de aposentadoria (30 ou 35 anos de serviço, 55 ou 60 anos de idade) as contribuições descontadas dos servidores públicos federais (11% sobre o salário bruto), mais a contribuição que caberia à União (22%), se contabilizadas em um fundo público, coletivo (nada a ver com a previdência complementar, privada, embutida na reforma da Previdência), remunerado a uma taxa de juros de 5% ao ano, permitem, no longo prazo, garantir aposentadoria e pensão integrais ao nível do último salário. Portanto, esse direito não é nenhum privilégio.

É fato que o arrecadado com contribuições dos servidores públicos da União tem sido menor do que os bene-

fícios pagos, mas isso não justifica a reforma proposta. O desequilíbrio é, por um lado, decorrente de mudanças recentes na Constituição. Pelas regras vigentes até 1993 não havia contribuição para aposentadoria, e aqueles que eram servidores CLT até 1988 contribuíram sobre o salário até o teto do INSS. Isso inclui a maioria dos servidores hoje aposentados. O governo esquece de colocar na conta esse período anterior em que as regras eram outras, em que aposentadorias de servidores públicos eram pagas pelo tesouro, independente de contribuição. Na medida em que os novos aposentados forem aqueles que tiverem contribuído pelas novas regras, essa causa de desequilíbrio tenderá a desaparecer. Por outro lado, o desequilíbrio foi também causado pela redução (absoluta) do número de servidores ativos, em função da não reposição de servidores.

O governo, ao contrário, justifica a reforma com previsões catastróficas, injustificadas, para fragilizar a Previdência pública e abrir caminho para a previdência complementar (privada), o que aumentaria ainda mais o desequilíbrio. Seria muito mais honesto com o povo brasileiro reconhecer que a Previdência dos servidores públicos é sustentável, mas que há um déficit transitório e por conta disso estabelecer regras e fontes de financiamento para um período de transição ou, quem sabe, pagar juros mais baixos aos banqueiros e investidores. Esses são os verdadeiros privilegiados em toda essa história e estão como corvos à espreita da aprovação dessa reforma de Previdência para abocanhar fatia considerável da poupança pública, composta pelas contribuições dos servidores e da

Alfabetização nos assentamentos

O ministro da Educação, Cristovam Buarque, assinou dia 19 de maio três convênios do Programa Brasil Alfabetizado com o Movimento dos Sem-Terra (MST) para a alfabetização de 27 mil pessoas. Mais de 1.800 voluntários serão capacitados para o trabalho, que terá investimento de R\$ 13 milhões e deve ocorrer em áreas de assentamentos. O programa do MEC prevê a alfabetização de um milhão de pessoas no País. Segundo o secretário de Alfabetização do Ministério da Educação, João Luís Homem de Carvalho, há R\$ 97,3 milhões de verbas federais comprometidos com esses projetos.

Caça aos devedores

Os devedores do INSS já estão na internet. O Ministério da Previdência Social disponibilizou na rede (www.mpas.gov.br), em meados de maio, uma relação de 200 mil devedores, incluindo empresas, partidos políticos, sindicatos e pessoas físicas. De acordo com matéria da Agência Estado, a dívida acumulada atualmente é de R\$ 60 bilhões. A lista tem mais de mil páginas e qualquer pessoa pode consultá-la usando um sistema de busca por nome, CGC ou CPF, unidade da federação ou faixa de valor da dívida. Juntos, esses devedores são responsáveis por 86% dos R\$ 99 bilhões que a Previdência tenta reaver na Justiça.

Direito sem redução

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) anulou a resolução do MEC que permitia reduzir de cinco para três anos a duração de cursos de Direito, segundo informou o jornal o Estado de São Paulo no dia 17 de maio. O MEC aprovou a medida em maio de 2002 sem consultar a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A entidade, que há vários anos denuncia a baixa qualidade desses cursos, entrou com recurso no STJ. Para a OAB, a regulamentação era "lacônica e omissa" por não especificar quais matérias elementares deveriam ser mantidas nos cursos de duração menor.

Imposto de Renda mais justo

Foi lançada no dia 23 de maio a campanha "Imposto de Renda com justiça é

desonerar o trabalhador", encabeçada pelo Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco). A campanha tem três objetivos: chamar a atenção da sociedade sobre as injustiças na legislação do IR; estabelecer a isonomia tributária entre rendimentos do trabalho e do capital; e defender a elevação da faixa de isenção do Imposto de Renda dos atuais R\$ 1.058,00 para R\$ 1.500,00. "A intenção é resgatar o IR como instrumento de justiça social, pois o projeto de reforma tributária mais uma vez esquece do trabalhador ao não prever modificações no imposto da pessoa física.", disse a presidente da Unafisco, Maria Regina Paiva Duarte.

Mais cedo na escola

A idade para ingresso no ensino fundamental pode ser reduzida para seis anos. No dia 18 de maio, a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação aprovou o PL 6387/02, do Senado Federal, que torna obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. O relator, deputado Inaldo Leitão (PSDB-PB), apresentou substitutivo à matéria. Uma das justificativas apresentadas é a de que as crianças que estudam em escolas particulares iniciam o ensino fundamental aos seis anos de idade, enquanto os alunos de escolas públicas só podem ingressar nesse ciclo de ensino aos sete anos. Em outro dispositivo, a proposta indica as crianças com idade entre quatro e cinco anos para o ensino pré-escolar. O projeto seguiu para a sanção presidencial.

Software Livre mais forte

O Projeto Software Livre ganhou mais um aliado no cenário nacional. No dia 22 de maio, Mário Luiz Teza, membro da coordenação do PSL-RS, assumiu a Gerência Regional da Dataprev - empresa pública de processamento de dados da previdência social. Teza é funcionário do Serpro há 19 anos, foi vice-presidente da Procergs na gestão de Olívio Dutra, atualmente integra o Comitê Gestor da Internet no Brasil e é um dos líderes nacionais do Movimento Software Livre. Há quatro anos organiza o Fórum Internacional de Software Livre, maior evento da área na América Latina.



Publicação
quinzenal
Impressa em
papel Ecograph
75 gramas
Tiragem:
4.500 exemplares
Impressão:
Promoarte

Produção e Edição
Veraz Comunicação Ltda.
Jornalistas responsáveis
Zaira Machado (RJP 7812)
Jéferson Assunção - editor
Reportagem: Maricélia Pinheiro, Marco Aurélio Weissheimer e Aline Adolphs
Ilustrações: Mario Guerreiro e Francisca Braga
Diagramação: Fabricia Osanai

Diretoria

Presidente: Maria Aparecida Castro Livi
1º vice-presidente: Eduardo Rolim de Oliveira
2º vice-presidente: Carlos Alberto Gonçalves
1º secretária: Daniela Marzola Fialho
2º secretária: Laura Verrastro Viñas
1º tesoureiro: Alejandro Borche Casalás
2º tesoureiro: Valério De Patta Pillar
1º suplente: Elisabete Zardo Búrgio
2º suplente: Nádyá Pesce da Silveira

ADufrgs
ASSOCIAÇÃO DE DIJUNTES DA UFRGS

Seção Sindical da ANDES-SN
Rua Otávio Corrêa, 45 Porto Alegre/RS
CEP: 90050-120 Fone/Fax: (051) 3228.1188
E-mail: adufrgs@portoweb.com.br
Home Page: <http://www.adufrgs.org.br>

INFRA-ESTRUTURA

Adufrgs expõe preocupação com Anel Viário do Campus do Vale

A Diretoria da Adufrgs, preocupada com o anel viário do Campus do Vale, esteve reunida com o pró-reitor de infra-estrutura da Ufrgs, professor Helio Heinkin, dia 20 de maio, quando foi entregue um ofício pedindo esclarecimentos sobre a implantação e o funcionamento do anel viário. O documento fala ainda de alguns problemas de circulação vividos por quem frequenta o campus central.

Na ocasião, professores do Instituto de Química, representados por Nády

Pesce da Silveira e Roberto Fernando de Souza, levaram ao pró-reitor uma carta reivindicando placas sinalizadoras nos prédios do Campus do Vale. Segundo eles, a falta de placas vem dificultando o acesso às salas, principalmente de visitantes. O pró-reitor de infra-estrutura disse que irá responder ambos os documentos.

Seguem abaixo íntegras dos ofícios entregues ao pró-reitor, que ficou de analisar as reivindicações e responder:

Ao
Professor Helio Heinkin
Pró-Reitor de Infra-Estrutura
Nesta Universidade

Porto Alegre, 20 de maio de 2003.

Prezado Sr. Pró-Reitor,

Tendo em vista o reinício das aulas, o Campus do Vale da Ufrgs registra desde então um grande movimento de pessoas, envolvidas nas mais diversas atividades. Observamos com satisfação que algumas de nossas reivindicações antigas foram levadas em conta para este reinício de semestre pela Reitoria, como por exemplo o restabelecimento de alguns banheiros que servem à toda a comunidade. Verificamos também que a Pró-Reitoria de Infra-Estrutura providenciou cartazes para recepcionar os calouros, onde constam lembretes oportunos sobre os cuidados que devemos ter com o nosso patrimônio público. Mais recentemente, por ocasião dos Portas Abertas, foram efetuadas obras que há muito eram reivindicadas pela comunidade.

No entanto, persiste um grande problema vivido por todos os que trabalham e estudam no Campus do Vale, qual seja, a ausência absoluta de placas sinalizadoras, o que torna o acesso aos prédios e salas de aula uma verdadeira peregrinação. Esta situação faz-se sentir desde o momento do desembarque no terminal de ônibus até o acesso à sala de aula. Durante esta peregrinação, os estudantes e até mesmo alguns de nossos professores de outras unidades, são obrigados a recorrer ao 'boca-a-boca', com visitas breves a todo e qualquer gabinete que esteja ocupado, para que possam se localizar. Obviamente, os Correios, as entregas de mercadorias, os palestrantes convidados, os professores visitantes, enfim, todos aqueles que nos prestam algum serviço ou que nos visitam a convite da Instituição encontram-se na mesma situação. A Direção do Instituto de Química já encaminhou recentemente um processo à Pró-Reitoria de Infra-Estrutura (23078201270/03-6), a pedido do Grupo de Emergência e da COSAT deste mesmo Instituto onde o problema foi abordado com relação às questões de segurança no Instituto.

Cientes da gravidade do problema, solicitamos a esta Pró-Reitoria que organize uma visita ao Campus do Vale para verificar a gravidade da situação. Sugerimos que a mesma ocorra com desembarque no terminal de ônibus e deslocamento até uma sala de reuniões a ser determinada por esta Representação Docente para a ocasião. Nesta reunião gostaríamos de obter a exposição da nossa Reitoria sobre as providências que estão sendo tomadas neste sentido. Os contatos podem ser efetuados via correio eletrônico, através do endereço repdoc@iq.ufrgs.br, que pertença à nossa Representação Docente no Conselho da Unidade.

Acreditamos que este problema é sentido por todas as Unidades com atividades no Campus do Vale e queremos crer que este tipo de ação será apoiado por todos os nossos colegas, com ação imediata da Reitoria para uma solução urgente do problema.

Saudações Universitárias.

Representação Docente do Instituto de Química

Profa. Nády Pesce da Silveira

Prof. Roberto Fernando de Souza

Porto Alegre, 20 de maio de 2003

Ilmo. Pró-Reitor de Infra-estrutura

Professor Helio Heinkin

A diretoria do sindicato vem colhendo inquietações e reclamações feitas pelos docentes sobre circulação, transporte e segurança nos diversos campi de nossa Universidade. Gostaríamos de discutir estes problemas, obter informações desta Pró-reitoria, e colaborar na sua solução, a partir da vivência cotidiana em nossos locais de trabalho.

A implantação e o funcionamento do anel viário do Campus do Vale têm trazido várias interrogações. Gostaríamos de obter esclarecimentos a respeito de:

- Como será a circulação de veículos a partir da implantação final da obra?
- Quais serão as alterações no transporte público no interior do Campus?
- Onde estará localizado o terminal de ônibus?
- Como se deslocarão as pessoas entre o seu local de trabalho e o terminal?

Existe um estudo para o deslocamento das pessoas a partir de cada um dos institutos? Continuará existindo a "carona" até o IPH? Serão implantadas outras "caronas", considerando que um transporte interno, com a frequência necessária, é inviável por seus custos?

- Existirão calçadas para a circulação dos pedestres? A obra, no estágio em que se encontra, não deixa antever a existência de calçadas que permitam a circulação de pedestres como por exemplo entre o Colégio de Aplicação e o campus.

- Estão sendo feitos estudos sobre a acessibilidade de ambulâncias e carros de bombeiros a todos os institutos do Campus do Vale?

Atualmente convivemos com problemas tanto no Campus do Vale quanto no centro, que gostaríamos de informar e pedir providências.

Campus do Vale:

- A frequência da linha D43 – Universitária – é claramente insuficiente para a atual comunidade da Ufrgs, que a utiliza. Isso tem acarretado um permanente atraso no início das aulas, em todos os turnos.

- A linha de lotação que serve o campus até um ano atrás tinha uma frequência satisfatória (4 em 4 min). Depois da divisão da linha em dois terminais, a frequência real passou a ser insatisfatória (mais de 10 min).

- Existe excesso de velocidade nas pistas de circulação do campus. É necessário estabelecer mecanismos de controle, para evitar acidentes.

- O estacionamento de carros na rótula interna causa problemas de congestionamento, retarda a chegada dos ônibus no terminal e dificulta a visibilidade, o que pode causar, e causa, acidentes. Deveria ser proibido.

- É necessária a construção de uma calçada para o trânsito de pedestres pela parte de fora da barragem que dá acesso ao IPH. A pista é estreita e ônibus e carros disputam o reduzido espaço com os pedestres.

Campus Central:

Há problemas de circulação de pedestres. Citaremos apenas dois exemplos:

- Notoriamente é necessária a instalação de uma faixa de segurança na frente da Reitoria, pois esta travessia é extremamente perigosa.

- O recente cercamento da esquina onde está situado o prédio da Engenharia Elétrica, pela EPTC, impedindo a travessia de pedestres, deve ser removida e colocada uma faixa de segurança. Esta cerca tenta obrigar os transeuntes a realizar uma caminhada de mais de 50 metros para cruzarem a Sarmiento Leite e acessarem a av. Osvaldo Aranha. Atualmente as pessoas contornam o cercamento e realizam uma travessia perigosa.

A correta solução destes problemas não implica em prejuízos no fluxo de veículos como pode ser aduzido pela EPTC.

Certos de que nossas dúvidas serão esclarecidas e que nossas demandas serão analisadas, no aguardo de resposta, receba nossas saudações universitárias,

Atenciosamente

PESQUISA

Adufrgs promove painel em defesa da Fapergs

Na Assembléia da Adufrgs de 9 de abril foi discutido o tema do descumprimento do repasse pelos Governos do Estado dos fundos constitucionalmente devidos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul para investimento em pesquisa. A Assembléia constituiu uma comissão para organizar um movimento em defesa da Fapergs, que busque envolver também outras entidades em uma mobilização que, ademais de discutir as dificuldades recentemente vividas pela Fapergs para cumprir sua missão de apoio à pesquisa, pressione pela superação da crise e exija o cumprimento da Constituição de nosso Estado.

Após diversas reuniões desta comissão e de contatos da Adufrgs com outras entidades, a comissão sugeriu à Associação de Docentes organizar, em parceria com outras entidades, um painel em defesa da Fapergs. A Adufrgs enviará carta às sociedades científicas como a SBPC-RS, a Academia Brasileira de Ciências e Associações de Pesquisa, Docência e Pós-Graduação, ampliando este Movimento em Defesa da Fapergs.

Para o Painel em Defesa da Fapergs foram convidados palestrantes de outros Estados, incluindo os presidentes da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e da SBPC, além de representantes e dirigentes de sociedades científicas. O Painel será coordenado pelo representante da ABC, Prof. Cláudio Zawislak, e terá representantes da Fapesp e Faperj. No Painel, as perspectivas futuras e a superação desta crise na Fapergs serão debatidas e será produzido um documento contendo as reivindicações da comunidade científica. A perspectiva da nomeação e posse, possivelmente já a partir de junho de 2003, de três diretores para o Conselho Técnico-Administrativo da Fapergs pelo governo estadual indica que é necessária uma mobilização da sociedade para que a Fapergs tenha condições de retomar normalmente seus programas a partir do compromisso de novos recursos e do cumprimento da Lei.

É sabido que a Fundação Fapergs teve paralisados ou inviabilizados diversos dos seus programas – inclusive bolsas – devido à queda drástica do aporte de fundos do Estado do Rio Grande do Sul que são devidos à Fundação. Este aporte financeiro de 1,5% da receita líquida de impostos é previsto no artigo 236 da Constituição Estadual e na Lei Complementar 9.103/90. Os repasses efetivamente realizados pelos últimos governos estaduais, desde a promulgação da Lei, nunca alcançaram 30% do montante anual devido nos termos da Constituição.

Agende-se para participar deste Movimento, e no dia 24/06, às 14h00, no campus do Vale, participe do Painel em Defesa da Fapergs.

Waldomiro Carlos Manfro – médico, professor e escritor

Gato no carnaval

Nas férias deste ano, percebi que, no ócio, recuperava a capacidade de perceber os fatos na sua real dimensão. Melhor ainda, aos poucos, notei que reencontrava a condição de conviver o cotidiano como um ser integral. As notícias, por exemplo, mesmo que chegassem no mesmo formato pelo vídeo ou pelo rádio, não se impunham com a força de verdade absoluta. Eu as recebia e, de pronto, as adornava com o rebote da análise crítica de minhas vivências anteriores. Na praia, dispunha de tempo para perceber, pensar, refletir e refazer a informação. Foi, então, que entendi o sentido do aforismo: *lazer é o elixir da reflexão*.

Tal fora meu entusiasmo pela descoberta, que decidi não dar mais ouvidos aos meus amigos. Por mais que insistissem em salientar que férias eram programadas para o lazer, nada de trabalho, questões políticas e ou filosóficas, eu me empenhava mais em cultivar aquele reencontro com a realidade crítica dos acontecimentos. Afastado dos amigos, percebi, então, que se conseguisse preservar uma relação entre as notícias vistas na praia, com aquelas que voltaria a presenciar no trabalho, teria adquirido uma valiosa conquista pessoal.

E meu entusiasmo aumentou quando, à noite, o vídeo da televisão passou a exibir uma reportagem singular. A princípio, parecia um fato comum, para ocupar os horários em noites de verão. Uma agente de turismo esperava, no Aeroporto Galeão, uma comitiva de seis americanos que chegava com uma semana de antecedência, para conhecer o carnaval e a cidade do Rio de Janeiro. O inusitado do contexto surgiu quando o grupo se identificou. Eram seis alegres senhores de cor preta, aposentados e com mais de sessenta e cinco anos, que vinham usufruir, com recursos próprios, das benesses da festa tropical. Esta-

vam ansiosos para ouvir a música brasileira, conhecer as praias de águas claras, as paisagens magníficas e provar nossa feijoada. ¾ Mulheres, por que não? ¾ animara-se a sugerir um deles, esboçando um sorriso maroto.

Meu interesse pela notícia aumentou quando a entrevistadora quis saber detalhes da vida de cada um dos visitantes. O que tinham feito quando trabalhavam na ativa e o que faziam como aposentados. Antes das respostas, todos riram com o riso de quem se encontrava à vontade. Não tinham sido empresários, executivos de grandes empresas, profissionais liberais ou artistas famosos. Dois deles exerceram a profissão de marceneiro, dois foram eletricitistas, dois tinham trabalhado como funcionários públicos. Um havia desempenhado suas atividades nos correios e telégrafos, e o outro havia sido enfermeiro num hospital público. Depreendi, então, que os alegres senhores gozavam do direito ao lazer pelo que fizeram ao longo da vida, independente de terem sido servidores do Estado ou trabalhadores da iniciativa privada.

Dei-me conta, também, de como era modesto o projeto turístico do nosso carnaval. Melhor divulgado, teria a possibilidade de se transformar num sucesso financeiro para todo o País. Bilhões de dólares chegariam de fora todos os anos. Teríamos o fim da fome, do desemprego e das aposentadorias minguadas. Como consequência, supressão definitiva da cultura escravocrata de salários feitos de migalhas para os trabalhadores brasileiros. Todos ganhariam salários dignos, tanto na vida ativa quanto depois de aposentados. Aconteceria, no Brasil, o que acontece com as cidades históricas de todo o mundo, que são freqüentadas por milhões de turistas, ávidos para conhecer seus monumentos, museus, catedrais e teatros.

Meu entusiasmo era tanto, que comecei a imaginar a chegada de cara-

vanas de japoneses, de chineses, de russos, de europeus, de africanos, de australianos, príncipes das arábias e de indianos invadindo o Brasil. Aviões e hotéis lotados de pessoas para assistirem a um espetáculo musical com duração de três dias. Sentados em arquibancadas confortáveis, compradas em dólares, acompanhariam o desfile das maravilhosas escolas de samba. Cada uma delas com seus carros alegóricos, seus operários passistas, feito reis por uma noite. E para dar mais vida ao desfile, centenas de belíssimas mulheres de muitas cores, vestindo pouca roupa e distribuindo sorrisos.

Em março, quando voltei ao trabalho, percebi que mantinha o pensamento crítico e criativo exercitado na praia, pois idéias não sofriam a influência do afogadilho das horas.

Mas, até o meio da quarta semana, não constatee nenhuma iniciativa pública ou privada que viesse comprovar que meu projeto sobre o carnaval não era uma fantasia de verão. Pelo contrário, uma notícia me trouxe à realidade e arrefeceu meu entusiasmo sobre a possibilidade de enriquecimento do Brasil. Tudo porque um jornal publicara a conduta extravagante de uma aposentada do interior de São Paulo, que há três dias, fora presa pela polícia por caçar gatos. Como o dinheiro que restou da aposentadoria não dava para a comida e para os remédios, nem pensar, encontrara solução para a fome nos felinos da vizinhança. Da carne com osso, fazia assado. Do couro, um gostoso fervedo com legumes.

A notícia, por certo, já deveria estar se espalhando aos milhões de aposentados brasileiros.

Onde conseguiríamos couro para as cuícas e tamborins que atendessem às demandas do grande projeto do Carnaval Brasileiro?

Porto Alegre, 19/ 03/2003

CARTA À REDAÇÃO

Entrevistado no número 116 do jornal Adverso na matéria "Cursos Noturnos: Faltam verbas para atender a demanda", o estudante Fernando Bonatto, da Física, enviou e-mail à redação. Reclama que repórteres do jornal não haviam se identificado dessa forma e de que o que saiu na matéria não corresponde às suas declarações. Ele afirma que nada tem contra os cursos noturnos e professores do instituto ao qual pertence. A seguir trechos do e-mail: "No que diz respeito a minha opinião, tanto sobre os professores quanto sobre os cursos noturnos, ela

não estava impressa no jornal acima citado. Sendo que, existem frases que eu sequer pronunciei. Quero deixar esclarecido, neste momento, que nada tenho contra os cursos noturnos e professores do instituto ao qual pertencem. O que aconteceu foi um mal-entendido e erro de interpretação das partes envolvidas. Minha entrevista ocorreu dentro do Antonio Lanches, quando havia saído de uma aula e me preparava para outra. Fui então abordado por duas moças que queriam saber minha opinião sobre cursos noturnos. Interessado, perguntei-as o porquê do trabalho e

para que estava sendo realizado. Elas responderam, contudo, que isto fazia parte de uma pesquisa acadêmica, e que mais tarde a minha entrevista seria vinculada a um cartaz, no qual elas fariam a exposição de vários alunos, nunca que isto seria vinculado a um jornal de circulação interna da UFRGS.(...)" A repórter do Adverso reafirma as declarações creditadas a Bonatto e afirma que ela e a fotógrafa se identificaram como sendo do jornal da Associação dos Docentes da Ufrgs e que estavam fazendo uma matéria sobre os cursos noturnos.

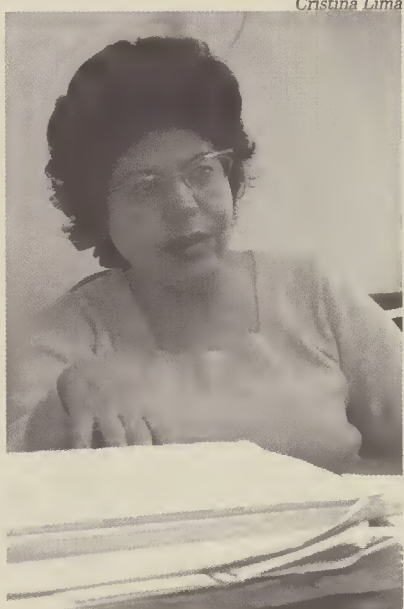
SEGUNDO CICLO

Ufrgs aprofunda avaliação interna

O Ministério da Educação tem compromisso com a cultura de avaliação e quer avaliar para dar mais eficácia às políticas voltadas para o setor. É o que afirmou o chefe de gabinete do ministério, Osvaldo Russo, ao representar o ministro Cristovam Buarque na abertura do seminário "Avaliar Pra Quê? Avaliando as Políticas de Avaliação Educacional". O encontro foi realizado pelo Inep nos dias 7 e 8 de abril, em Brasília. Por enquanto, o sistema permanece igual, mas desde o seminário foi criada uma comissão nacional formada por representantes de todas as instâncias de ensino: superior, médio e fundamental, que deve apresentar até agosto sugestões de melhoria da avaliação institucional.

A secretária de Avaliação Institucional da Ufrgs, professora Ana Braga, que esteve no seminário, disse que a Ufrgs já está discutindo o assunto. "Nós estamos aprofundando a intensidade da avaliação interna, buscando uma dimensão integradora do conjunto das atividades da Universidade. Quando fizemos, no início da década de 90, um trabalho de avaliação interna que também teve uma parte externa, tínhamos o foco na graduação e suas interrelações com pós-graduação, pesquisa e extensão. Agora estamos olhando todas essas funções de uma forma orgânica, mais entrelaçada", esclarece.

Para buscar idéias de uma nova avaliação, a Secretaria, junto com o Vice-Reitor da Ufrgs, esteve visitando todas as 27 Unidades Acadê-



Cristina Lima

Ana Braga: "tem aparecido com bastante insistência a necessidade de se fazer um acompanhamento dos egressos da universidade"

micas da Universidade, além do Colégio de Aplicação e da Escola Técnica, propondo a renovação da avaliação interna – o que está sendo chamado de "Segundo Ciclo Avaliativo" – solicitando que reflitam sobre isso e encaminhem sugestões. Este material, segundo Ana, já está sendo compilado e sistematizado; e em julho a Secretaria deverá estar realizando um Seminário para discutir as contribuições das Unidades Acadêmicas, tanto em termos de concepção quanto das metodologias e instrumentos necessários para a efetivação dessa avaliação interna.

"Tem aparecido com bastante insistência a necessidade de se fazer um acompanhamento dos egressos

da universidade, tanto da graduação quanto da pós-graduação. Este seguramente é um dos temas que fará parte do seminário", adianta a professora. Algumas sugestões de sistematização que surgiram dão conta, por exemplo, de que os egressos mantenham um vínculo efetivo com a universidade. O objetivo, explica Ana, é ter um retorno desses ex-alunos para saber como eles vêem a formação que tiveram, agora no mundo do trabalho, e de como estão lidando com os desafios desta nova realidade.

A respeito do provão, pouca coisa mudou até agora: apenas a forma de apresentação dos resultados, antes compostos por conceitos de A a E, e que agora passarão a ser publicados em escala de zero a 100 pontos. Segundo a direção atual do Inep, o conceitos "mascaram" o desempenho de alguns cursos. O MEC considera que este é um amadurecimento natural do processo de avaliação.

Para a secretária de Avaliação Institucional da Ufrgs, a mudança é positiva. Porém, a medida é uma parte tão pequena de uma discussão bem maior, que não deve ser analisada isoladamente. No que tange ao conteúdo das provas, Ana diz que essa não é uma preocupação, pois os cursos da Ufrgs teriam uma organização curricular muito ampla, o que coloca os alunos da Ufrgs em vantagem para realizar exames desse tipo. Além disso, os conceitos de alguns cursos da Ufrgs em 2002, no provão, foram os melhores do País.

MEC defende democratização

A educação brasileira – em especial a superior – deverá passar por expressivas mudanças a partir deste ano. Pelo menos é o que parece, diante das últimas declarações do ministro da Educação, Cristovam Buarque. Ele já expôs 12 pontos de uma ampla reforma universitária a ser elaborada até novembro, que prevêem desde a mudança no sistema de ingresso nas universidades até a integração das instituições com programas sociais.

O ponto principal do projeto do Ministério da Educação é a autonomia universitária. Quanto a isso, o ministro revelou ter encaminhado à Casa Civil a proposta de um projeto de lei prevendo que cada universidade adote o critério que desejar para a eleição de reitores – o nome escolhido pela comunidade universitária será referendado pelo governo federal. Além disso, Buarque afirmou ser a favor do voto universal, no qual alunos, professores e funcionários têm o mesmo peso, mas que isso não será imposto pelo ministério.

A defesa da automia seria premissa também para

questões polêmicas como o sistema de cotas e o exame vestibular. O ministro é favorável às cotas para negros e índios, mas diz que a decisão cabe à instituição. Com relação ao vestibular, defende o sistema de avaliação seriada (PAS), com exames ao final de cada ano do ensino médio. Já chegou a sugerir que fossem realizadas provas de português e matemática apenas. "Podemos fazer só duas provas - matemática e português. Quem souber isso sabe tudo. O aluno, para fazer um curso universitário, não precisa de tudo aquilo que se coloca (nos vestibulares): geografia, química. Isso ele aprende lá dentro". Outra idéia polêmica do ministro é a redução da duração dos cursos de quatro para dois ou três anos.

O MEC também quer dar mais eficácia às avaliações do sistema de ensino para orientar e subsidiar as políticas públicas para o setor. Para isso já divulgou algumas pequenas alterações no Provão e convocou reitores e outros representantes de instituições de ensino a pensar uma nova forma de avaliação.

Jocélia Grazi – Pró-Reitora adjunta de Pós-Graduação

Reativação das taxas de bancada pelo CNPq

Já anunciado pelo Presidente do CNPq, Dr. Erney Plessmann de Camargo, em sua entrevista ao JC (abril 2003: 6) que... "as Taxas de Bancada aos Bolsistas de Doutorado seriam implementadas brevemente, pois os recursos já estavam assegurados e seriam repassadas diretamente aos estudantes", esta medida acaba de ser anunciada oficialmente pelo CNPq através do Of. Circ. nº 0141-03/PRE expedido via e-mail.

Ao mesmo tempo em que essa decisão foi recebida com euforia e elogios por parte dos doutorandos, orientadores e Coordenadores dos 66 Programas de Pós-Graduação da Ufrgs, também suscitou uma série de preocupações quanto às responsabilidades e à execução dos recursos a serem repassados aos bolsistas de doutorado a partir do mês de maio.

As informações até o momento veiculadas permitem inferir que falta confirmação das regras de aplicação dos recursos. Nem na entrevista acima mencionada, onde Dr. Erney afirmou que o valor extra, recebido pelos bolsistas, serviria para "custeio de seu trabalho de doutorado, que permitirá desde a aquisição de material bibliográfico e de trabalho, até viagens de participação em congressos", nem no ofício circular que expressa que "os recursos destinam-se à implementação, manutenção e melhoria das atividades necessárias ao desenvolvimento de sua programação acadêmica e poderão ser utilizados para pagamento de taxas escolares, pesquisa de campo, visitas técnicas, participação em congressos e aquisição de material de consumo".

Destaca-se que a Ufrgs é uma das instituições já contempladas com um grande número de bolsas de doutorado, com tendências de crescimento em virtude da consolidação e da criação de novos Programas. Em decorrência disto, deverá contar com um montante adicional de recursos anuais em torno de 2 milhões de reais, sem a menor perspectiva de planejamento para sua utilização e consequentes benefícios institucionais, visto depender, aparentemente, do bom senso do bolsista. Desta forma, o Fórum dos Coordenadores da Pós-Graduação reunido na última terça-feira, 13 de maio p.p. entendeu por bem, e de forma institucional, encaminhar estas preocupações ao CNPq, no sentido de colaborar com a implantação do novo formato das Taxas de Bancada.

A Pró-Reitoria Adjunta de Pós-Graduação da Ufrgs, através da Comissão de Gerência do Prof/Ufrgs/Capes, ao receber os esclarecimentos devidos do CNPq, estará definido princípios internos, coletivos e aplicáveis a todas as áreas que, após discussão na reunião do mês de junho do Fórum dos Coordenadores, deverão balizar os procedimentos relativos à aplicação destes recursos adicionais nos nossos Programas de Pós-Graduação.

PREVIDÊNCIA

Trabalhadores mantêm mobilizações para barrar a reforma

As reformas tributária e da Previdência serão votadas em 90 dias no Congresso e passarão facilmente pela Câmara, segundo avaliação do presidente do Legislativo, João Paulo Cunha. Ele afirmou, dia 26, como noticiou o jornal Folha de S. Paulo, que, dentro da bancada do PT, as reformas só têm a oposição de três deputados, aos quais a imprensa estaria dando excessiva publicidade, mas sem nenhum "risco" para as aprovações. Ao contrário do que pensa João Paulo, os servidores públicos mantêm-se mobilizados e sensibilizando a sociedade brasileira.

Aline Adolphs

Os servidores correm contra o tempo e multiplicam as mobilizações para barrar o atual projeto de reforma da Previdência. Dias 9 e 10 de maio, aconteceram em Brasília a reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior e a Plenária dos Servidores Públicos Federais (leia matéria abaixo). Na Ufrgs, os docentes distribuíram um material de esclarecimento sobre a reforma da Previdência aos pais e alunos (página ao lado) e, em 15 de maio, esteve na Assembléia Legislativa participando de uma audiência pública sobre a reforma. O evento foi uma solicitação das entidades que compõem o Movimento em Defesa da Previdência Pública. Estavam presentes o presidente da Comissão, deputado Raul Pont (PT), e os deputados Jair Soares (PPB) e Estilac Xavier (PT).

Dirigentes das entidades que chamaram a audiência, entre elas a Adufrgs, manifestaram sua contrariedade quanto ao projeto de reforma da Previdência em trâmite no Congresso. A presidente da entidade, Maria Aparecida Castro Livi, leu na ocasião uma carta à sociedade gaúcha que foi divulgada pela Associação na imprensa, na qual critica a relação que o governo está tendo com o trabalhador, tratando-o como cliente. Destacou, também, a complementariedade como um dos pontos mais problemáticos da proposta de Reforma. Na sequência, o professor Carlos Schmidt, da Faculdade de Ciências Econômicas da Ufrgs, esclareceu que a seguridade social é produto da história de lutas do Brasil e basta ver a distribuição da riqueza para se ter uma idéia de quem são os privilegiados.

O presidente da CUT/RS, Quintino Severo, entregou um documento a Pont em que se explica a reforma que os servidores querem: auditoria nas contas, implementação de uma política de penalização dos devedores, a paridade entre ativos e inativos, o retorno da aposentadoria por tempo de serviço, etc. O deputado prometeu anexar esta e todas as outras contribuições dos sindicalistas ao relatório da Comissão, que será entregue no Congresso Nacional.

Cida Livi diz que, pela orientação da assessoria jurídica da Adufrgs, no momento em que forem aprovadas as reformas - modificado ou não o projeto apresentado ao Congresso - os servidores terão duas situações pela frente. Aquele que tiver certeza de que preenche os requisitos para qualquer tipo de aposentadoria, sendo parcial ou integral, está com seus direitos garantidos e pode encaminhar requerimento nas regras atuais. A exceção é a proposta de taxação dos inativos, que, se aprovada, deverá ser cobrada de todos. Quanto ao servidor que eventualmente não tiver completado seu tempo na ativa por meio de algum dos inúmeros sistemas de cálculo possíveis, vai entrar para as novas regras. "Não existe uma regra de transição prevista. O ideal é que o servidor encaminhe um processo de cálculo junto à universidade para descobrir se pode ficar tranquilo, pois cada caso deve ser analisado separadamente", sugere a presidente da Adufrgs.



Assembléia: evento foi uma solicitação das entidades que compõem o Movimento em Defesa da Previdência Pública

Servidores federais querem ações unificadas

Nos dias 9 e 10 de maio aconteceram, em Brasília, a reunião do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e a Plenária dos Servidores Públicos Federais (SPFs). A Adufrgs esteve representada por três delegados nos dois encontros. Por ocasião da reunião do Setor IFES, onde estiveram presentes 29 Associações Docentes, aprovou-se, por ampla maioria, a paralisação das atividades, ocorrida nos dias 14 e 15 de maio, bem como o indicativo de greve por tempo indeterminado, em função da Reforma da Previdência encaminhada pelo Presidente Lula ao Congresso Nacional. Foram propostas ações unificadas com os servidores públicos estaduais e municipais no sentido de esclarecer a população sobre as consequências desta Reforma, agir junto aos parlamentares dos diferentes partidos políticos, bem como exigir uma auditoria da Previdência por parte do Governo Federal.

Decidiu-se também que o Andes-SN reafirme, na sua pauta de reivindicações, a ser negociada com o governo, a Defesa dos Serviços Públicos e a exigência da imediata interrupção dos ataques de integrantes do governo Lula contra os servidores públicos federais. A reunião plenária dos SPF's, por sua vez, definiu um calendário de lutas contra esta Reforma da Previdência, que inclui Caravanas a Brasília (de 9 a 10 de junho), uma marcha contra a Reforma da Previdência (em 11 de junho) e aprovou o indicativo de greve por tempo indeterminado a partir da segunda quinzena de junho. Nesta ocasião foi ainda aprovada por unanimidade a moção apresentada pela Adufrgs contra a campanha publicitária veiculada recentemente pelo governo sobre a Previdência. Plenárias Setoriais e Nacionais dos SPF's estão planejadas para ocorrer nos dias 2 e 3 de junho, antecedendo o Congresso da CUT, em São Paulo. Está prevista ainda uma nova Plenária Nacional dos SPF's para o dia 14 de junho, na cidade de São Paulo.

Moção

Nós, professores da Ufrgs, reivindicamos do Governo Federal a imediata suspensão da campanha publicitária sobre o projeto de reforma da previdência, que consideramos enganosa, ofensiva e inoportuna.

A campanha é enganosa, porque promete fazer justiça social através de uma reforma que não inclui os que hoje estão desassistidos e que não enfrenta os detentores dos grandes lucros e os sonegadores da previdência.

A campanha é ofensiva, porque compara a aposentadoria integral, direito conquistado com a mobilização, o trabalho e a contribuição dos servidores, à odiosa sujeição dos escravos pelos seus senhores e à legislação que determinava a obediência das mulheres aos seus maridos.

A campanha é, sobretudo, inoportuna, porque inviabiliza o debate democrático sobre a previdência, tanto no plano do diagnóstico sobre as origens do atual desequilíbrio entre contribuições e aposentadorias, como no plano das alternativas e das propostas.

O encaminhamento e a publicidade do projeto de reforma à revelia de qualquer negociação com os servidores estão levando milhares de professores a pedirem suas aposentadorias e, mais uma vez, colocando em risco as Universidades Federais, que são, como a previdência pública, importantes conquistas da sociedade brasileira.

A relevância e a gravidade das questões envolvidas da reforma exige que a campanha publicitária dê lugar ao debate amplo e democrático, com o qual estamos comprometidos.

Por que estamos mobilizados contra ESTA Reforma da Previdência

Você, estudante de uma Universidade Pública Federal, é certamente uma pessoa bem informada, que lê jornais, escuta rádio e assiste noticiários na TV. Se está acompanhando o assunto das reformas que o governo federal está propondo, você deve estar se perguntando por que os docentes e funcionários desta Universidade estão mobilizados contra a atual Reforma da Previdência.

É uma pergunta legítima. A resposta que a grande mídia dá para ela é a de que os servidores públicos no Brasil são a principal causa dos problemas financeiros do governo.

Se você é um leitor atento, perceberá que é mínimo o espaço dado na mídia aos representantes do serviço público para que opinem e justifiquem suas posições em defesa do serviço público; outras vezes, o acesso à mídia torna-se improdutivo porque as linhas de raciocínio são cortadas, e frases soltas são editadas de entrevistas e mostradas fora de contexto, ajudando a “demonstrar” a tese de que os servidores públicos “são corporativos e estão defendendo seus interesses, uma vez que são privilegiados com relação à grande maioria da população brasileira”

Como não podemos influenciar a linha editorial da grande imprensa, nem temos dinheiro para publicar matérias pagas que repondam a cada uma das mentiras e distorções que são divulgadas, somos obrigados a apelar para outras formas de comunicação, como esta carta dirigida diretamente a você.

Em primeiro lugar queremos dizer que nós, servidores públicos federais, assim como outros colegas servidores de estados e municípios, temos orgulho em trabalhar em um setor que coloca o bem-estar coletivo acima das pretensões individuais de sucesso profissional e financeiro. Em particular no ambiente das Universidades Federais, a maioria de nós optou por não atuar no segmento privado, seja da educação, seja da indústria ou dos serviços, mesmo sabendo que lá receberíamos melhores salários. Em todos os países civilizados, em particular do primeiro mundo, os serviços públicos são criados e mantidos para garantir condições básicas e qualidade de vida para todos (saúde, saneamento, educação, etc), e, embora não remunerem tão bem como o setor privado, oferecem algumas vantagens compensatórias, como estabilidade, carreira progressiva e uma razoável aposentadoria, condizente com o padrão social atingido. Estas vantagens são uma maneira de atrair bons profissionais e de garantir uma vida decente na velhice àqueles que optaram por servir à sociedade em lugar de “se servir da sociedade”. A imprensa nunca fala nisto e nos apresenta a todos como um grupo de aproveitadores que somente pensam em si próprios.

Nesta breve carta não temos a pretensão de analisar detalhadamente cada aspecto da proposta do governo que deverá ser votada nas próximas semanas, até por que Previdência é um tema amplo e complexo, impossível de ser resumido em meia dúzia de chavões. Porém, como uma série de argumentos equivocados estão sendo utilizados para justificar a urgência da reforma da previdência, sentimo-nos na obrigação de vir a público para desmistificar este tema: em particular, achamos que todos têm o direito de saber a verdade sobre o alegado “rombo” ou déficit da Previdência, verdade que nunca aparece na grande imprensa.

NÃO EXISTE DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO

Não existe nenhum déficit previdenciário no Brasil. Isto lhe surpreende? O “rombo” é uma fabricação, uma manipulação de números baseada em dois truques. O primeiro consiste em colocar o custo de toda o Sistema de Seguridade Social sobre as costas da Previdência Social, que é apenas um de seus três componentes, sendo os outros dois a Saúde Pública (SUS) e a Assistência Social. O segundo é não mencionar a existência de impostos especificamente criados para cobrir os gastos nestas três áreas, em especial, a previdenciária: é o caso da COFINS – Contribuição para o financiamento da Seguridade Social, da CSLL – Contribuição Sobre o Lucro Líquido e da CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. O governo FHC em seus últimos anos, por exemplo, desviou estes impostos para outros fins, principalmente o pagamento dos juros da dívida externa: a idéia é não alocar integralmente à Seguridade Social as receitas criadas para sustentá-la e querer que a única de suas três componentes que arrecada (a previdência) sustente sozinha todo o sistema de Seguridade!

Com isso se está destruindo a espinha dorsal do chamado regime tripartite de repartição, que é o mecanismo básico de nosso sistema previdenciário, no qual participam os trabalhadores, os empregadores e o estado através de impostos redistributivos. Deste modo, a vida dos velhinhos (além da dos enfermos e dos inválidos) deve ser garantida, hoje, por toda a sociedade, em uma verdadeira solidariedade ativa entre gerações: o que se recolhe (entre contribuições e impostos) hoje, sustenta os aposentados de hoje, e o que recolherão os trabalhadores de amanhã, sustentará a nós, os trabalhadores de hoje, quando nos aposentarmos.

Confira você mesmo os números (do próprio governo), e a aplicação dos truques mencionados, examinando a exposição do ministro Berzoini em www.mpas.gov.br.

Note, por exemplo, que CONFINS + CPMF somaram mais de 70 bilhões de reais somente em 2002, exatamente o tamanho do alegado “rombo” da Previdência... Coincidência? Agora querem oficializar este desvio de impostos essenciais redefinindo a natureza destes impostos como IVA, desvinculando-os definitivamente da Seguridade Social. Esse é, aliás, um dos vários compromissos que consta da carta enviada pelo governo Lula ao FMI em 29 de fevereiro passado (disponível em www.movimentoprevidencia.org.br). Não é à toa que o Banco Mundial rebatizou estes impostos de “subsídios”, recomendando seu redirecionamento.

E nem falamos dos reais problemas da Previdência, especialmente do INSS, como a sonegação, a fraude e os excessos de renúncia fiscal. Só saberemos a extensão deste problema quando realizarmos uma verdadeira AUDITORIA no sistema previdenciário, uma de nossas principais demandas. O mais surpreendente é que, apesar de todos estes problemas (sonegação, fraude e isenção), e apesar de termos cerca de 20% de desemprego e 57,7% de trabalhadores no mercado informal (sem carteira assinada), ainda assim nossa Previdência Pública é superavitária. Notem que nenhum destes problemas reais que mencionamos é tratado no presente projeto de Reforma da Previdência. Para uma análise mais detalhada, recomendamos que você acesse a página www.movimentoprevidencia.org.br, em particular o excelente artigo de M. L. Fattorelli Carneiro, “Mentiras e Verdades sobre a Reforma da Previdência”.

A PEC 40 PREJUDICA A TODOS NÓS

A Proposta de Emenda Constitucional - PEC 40, enviada dia 30/04 ao congresso, está para ser votada e não está sendo discutida com a população, apesar de várias de suas implicações para a vida de TODOS, e não apenas dos servidores públicos. Destacamos aqui cinco aspectos deste projeto (íntegra da PEC disponível em www.mpas.gov.br): (1) Estimula os Fundos de Pensão criando um teto para a contribuição dos servidores públicos, jogando valores acima dele para aquele tipo de Previdência Complementar, que pode ser privada; este é um estímulo ao regime de capitalização (individualismo patrimonial), em detrimento do regime mais justo (que temos atualmente), que é o regime de repartição, um verdadeiro pacto de solidariedade entre as gerações: aposentadorias baseadas no regime de capitalização descomprometem os empregadores e acabam onerando toda a sociedade, pois dependem da ciranda financeira especulativa, que, por sua vez, é sustentada pelos juros altos do Banco Central; (2) delega a definição dos mecanismos de financiamento da previdência a meros ajustes efetiváveis por leis ordinárias, que podem ser aprovadas por maioria simples no Congresso, uma verdadeira temeridade; (3) acaba com a integralidade no benefício, o que é um expropriação, uma vez que os servidores contribuem com 11% sobre o salário bruto, diferente dos trabalhadores do INSS, fazendo jus à integralidade; (4) elimina a paridade entre ativos/inativos, ou seja, quando houver reajuste salarial da categoria, seus aposentados não necessariamente receberão o mesmo percentual, um desvínculo que já foi feito no INSS com consequências bem conhecidas de todos; (5) institui a taxação dos inativos, medida ilegal (que não passa na justiça) e que já foi apresentada e derrubada várias vezes nos últimos 10 anos; suspeitamos que é utilizada como o “bode na sala” no debate na mídia, pois eclipsa a discussão dos outros pontos, mais importantes.

Fica claro que esta reforma visa principalmente mexer na aposentadoria dos servidores públicos (o INSS já foi “reformado” em 1998), restringindo nossos direitos e buscando fazer “caixa” para contribuir ao superavit - demandado pelo FMI para atender ao serviço da dívida - e abrindo mercado para o segmento dos bancos, seguradoras e fundos de pensão privados, o que promoverá a transferência da poupança pública para o setor privado. Isto é bom para o país? Não se enganem, pois não se trata da apreçoada “justiça” de se extinguir um sistema “dos privilegiados”, mas a eliminação intencional de um Sistema Previdenciário Público que é contabilmente impecável e socialmente justo: em vez de propor a ampliação do eficiente sistema de Previdência pública dos servidores para atender a TODOS os trabalhadores do país, se propõe a eliminação do melhor modelo existente, para que não sirva de exemplo.

Pelo menos três consequências atingirão imediatamente a TODOS nós, trabalhadores, do setor público ou não: (a) o governo gastará mais com a transição de modelo previdenciário (como aconteceu no Chile e na Argentina), pois vai ter de recolher para os fundos de pensão dinheiro que geralmente desviava para outros fins; (b) o serviço público perderá seus melhores quadros, pois está havendo uma corrida às aposentadorias pelo medo da perda dos direitos adquiridos (só na UFRGS, 25% dos melhores e mais qualificados docentes poderá aposentar-se até o fim deste ano, profissionais que em 2002 ministraram mais de 600 disciplinas e produziram mais de 450 dissertações e teses, contribuindo à excelência de nossa Universidade no cenário nacional); por fim, (c) o serviço público ficará ainda menos atrativo para os profissionais mais qualificados, causando, no longo prazo, uma progressiva piora no atendimento à população. Ou seja, TODOS perderemos.

UMA OUTRA REFORMA É POSSÍVEL

Como vimos, toda a argumentação oficialista que cria a impressão de que uma “Reforma da Previdência é urgente senão será o caos” é apenas um alarmismo construído sobre falácias, uma vez que não existe um verdadeiro déficit. Com a manobra de “esquecer” de certos impostos - que serão redirigidos à remuneração dos serviços da dívida - cria-se a “justificativa” que leva à promoção dos Fundos de Pensão privados.

Pior, nada neste projeto toca nos fundamentos da doutrina previdenciária conforme o entendimento consensuado dos maiores especialistas mundiais no assunto (questão demográfica, análise atuarial séria, métodos de financiamento, operadores do sistema / mercado ou estado, modelagem dos planos como benefício ou contribuição definida, etc). Parece que o principal objetivo DESTA REFORMA é privatizar a Previdência dos servidores públicos enquanto, paralelamente, se incrementa o superavit público para pagar os juros de uma dívida extorsionária e não auditada. A origem das falácias, distorções e mitos que mencionamos, herdadas dos tecnocratas do governo FHC, pode ser traçada até relatórios de organismos internacionais como o Banco Mundial (veja-se, por exemplo, o relatório de 31/05/01 do BIRD em www.worldbank.org), o que explica o enorme interesse de grandes grupos nacionais e estrangeiros nestas reformas do Estado brasileiro.

Conscientes disso, estamos mobilizados em defesa de nossos direitos, sim, mas entendendo que ao fazê-lo estamos também defendendo a preservação e a ampliação - a TODOS os trabalhadores brasileiros - do melhor modelo de Previdência que conhecemos, a Previdência Social Pública Estatal, que é eficiente, confiável e socialmente justa. Com a segurança solidária e atuarial da Previdência Pública, e assegurados os impostos que devem sustentar também a Saúde Pública e a Assistência Social, podemos chegar a ter o melhor sistema de Seguridade Social possível. E a Seguridade Social, mais que mero componente de um projeto de nação, é o pilar fundamental de qualquer ideário civilizatório que afirme e confirme os direitos das pessoas humanas - em particular, dos idosos, dos enfermos e dos portadores de deficiências.

Professores da UFRGS
Porto Alegre, maio de 2003

CARTA AOS ESTUDANTES E SEUS PAIS

Paulo Brack – professor titular do Departamento de Ciências Políticas do IFCH/Ufrgs

Pensar globalmente, agir localmente?

É possível uma Agenda 21 para a Universidade?

No dia 5 de junho, comemora-se mais um Dia Mundial do Meio Ambiente. Entretanto, poderíamos perguntar: comemorar o quê? Comemoração significa brindar coisas boas e apontar para perspectivas promissoras, porém onde elas estão? O ano de 2002 sofreu um grande revés na área ambiental com o fracasso da Rio + 10, em Joanesburgo. Muitos acordos não foram ratificados ou assinados por parte dos grandes países, em especial o acordo das emissões atmosféricas do qual os Estados Unidos ficou fora, por conveniências do governo Bush.

Em 2003, o Fórum Social Mundial levantou importantes temas ligados à dependência econômica a fim de criar mecanismos de controle do capital internacional e à intervenção insuportável nas economias e nas políticas dos países mais pobres, como a fragilização das legislações trabalhistas e de meio ambiente. Entretanto, não ficou claro como serão levadas as lutas, a curto e médio prazos, a fim de inverter a lógica da economia mundial, que aprofunda sua tendência neoliberal, na contramão da sustentabilidade mundial, principalmente nas áreas social, econômica, cultural e ambiental.

A Guerra-Invasão do Iraque consolidou um mecanismo perverso e, inclusive, criminoso, de tratamento das grandes potências econômicas com os países mais pobres. A velha estratégia de truculência militarista foi mais uma vez a última cartada dos EUA e da Inglaterra no sentido de resolverem suas crises e, ao mesmo tempo, aproveitarem para expandir suas fronteiras imperialistas. A ONU, que deveria jogar um papel chave no conflito criado, acabou se consolidando como uma organização de fachada, totalmente alheia e submissa aos interesses inconfessáveis destes países. Como resultado caem por terra qualquer tentativa na construção de acordos internacionais sobre temas importantes à sobrevivência do Planeta.



Cristina Lima

Ponto do ônibus: obra do anel viário no campus Agronomia

E com relação ao novo governo brasileiro, apesar da brilhante presença da ministra Marina Silva na chefia do Ministério do Meio Ambiente, o centro do poder não incorporou nenhuma preocupação visível na área ambiental. As políticas do governo Lula estão com sua mira central na tradicional estabilidade, visando um desenvolvimento econômico sem as premissas da sustentabilidade. As medidas são tomadas sem a definição de diretrizes conjuntas e projetos claros. Assim, o país fica em compasso de espera, no que se refere às políticas social e ambiental, na dependência do comportamento da economia e, substancialmente, da confiança do mercado internacional no Brasil.

A falta de clareza nas políticas é exemplificada, de forma emblemática, no caso dos transgênicos. Por um lado, o ministro da Agricultura, com o aval do Ministro da Casa Civil, José Dirceu, obteve uma vitória parcial na libe-

ração da safra de soja transgênica, e permanece lutando por sua liberação permanente, atropelando a legislação e a própria linha do Ministério do Meio Ambiente. Este, por outro lado, de forma tímida, transpareceu discordâncias contra a pressa na liberação dos OGMs (organismos geneticamente modificados), manifestando-se preocupação quanto a essa tecnologia que apresenta riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde humana, ademais, aprofundando a dependência econômica do pequeno e médio agricultor. Foi mais uma vez a vitória do imediatismo econômico, ligado principalmente ao setor ruralista. Hoje, várias entidades das que atuam no campo socioambiental protestam pela falta de diretrizes claras por parte do governo na resolução do tema e pelas estratégias de patrolamento de setores dos agronegócios.

No que se refere à política energética brasileira, modelo baseado nas tradicionais mega-unidades geradoras de energia (termelétricas e hidrelétricas) permanece, com seus grandes e inerentes impactos ambientais e sociais, inclusive sem acenos importantes a mudanças significativas no plano prurial anual do governo federal. Os investimentos nas fracassadas e caras usinas nucleares de Angra, ainda são citadas como possíveis saídas para eventuais problemas de crise energética. As fontes alternativas de energia, potencialmente mais baratas e menos impactantes, não são colocadas como prioridade. Assim, continuam quase intocáveis os modelos imediatistas de uso insustentável da Natureza, com tecnologias inadequadas e sem compromisso com a inclusão social.

No Estado do Rio Grande do Sul, o governo anterior não colaborou para deixar uma política sólida na área ambiental, principalmente por contingenciar de forma crescente recursos importantes e, além disso, não demonstrando incorporar uma necessária integração (visão sistêmica) entre a SEMA e outras secretarias, com programas dissociados de desenvolvimento econômico (ex. incentivo à indústria tabagista através da nova planta da Souza Cruz, em Cachoeirinha). O governo atual piorou a situação, colocando "de molho" os principais programas que deram certo, principalmente na agroecologia, proteção às áreas naturais e combate à poluição. Acentua-se a tendência de divórcio crônico entre ambiente e desenvolvimento econômico.

Embora a conjuntura não seja favorável, não nos resta outra saída que a de levantarmos pautas de compromisso necessário ambiental, não somente por parte dos governos, mas, também, de nosso ambiente local, a Universidade. Neste assunto, creio que entre nossos "temas de casa" estariam como prioridade a elaboração de uma Agenda 21 local e lutarmos pela construção de uma política de fomento à pesquisa e aos programas de defesa da qualidade do meio ambiente. Envergonha-me, por exemplo, constatar que a Ufrgs, na qual eu me incluo como co-responsável, continua alheia aos seus compromissos ambientais, inclusive tendo sido multada, mais de uma vez, no caso do Anel Viário do Campus. A separação do lixo para a reciclagem permanece como ficção científica. Nossa inserção na comunidade vizinha (Vila Santa Isabel e outras vilas nos arredores do Morro Santana) é incipiente. O esgoto orgânico e químico que despejamos no arroio Dilúvio é uma caixa preta. Muita sujeira embaixo do tapete. Mas... o dia do Meio Ambiente chega, e poderemos aproveitar para discutir estes problemas com nossos colegas da Ufrgs, incluindo professores, funcionários e alunos. Vamos tirar nossa "cabeça de avestruz" do buraco? Por que não construirmos nossa Agenda 21?

PRESTAÇÃO DE CONTAS

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS	
CNPJ-MF Nº 90.757.204/0001-64	
BALANCETES – VALORES MENSAIS - 2003	
RUBRICAS / MESES	MAR
ATIVO	2.058.207,64
FINANCEIRO	1.813.668,00
DISPONÍVEL	258.238,00
CADCA	258,18
BANCOS	7.008,00
APLICAÇÕES CALQUIDEZ IMEDIATA	250.971,82
REALIZÁVEL	1.555.430,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	1.551.046,82
APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.551.046,82
CRÉDITOS A REALIZAR	4.383,18
ADIANTEMENTOS A FUNCIONÁRIOS	3.451,87
ADIANTEMENTOS A FORNECEDORES	842,00
IMPOSTOS E CONTRIB. SOCIAIS A RECUPERAR	0,00
OUTROS DEVEDORES OU CRÉDITOS	0,00
PREMIOS DE SEGURO A VENCER	89,31
ATIVO PERMANENTE	244.539,64
IMOBILIZADO	239.671,10
BENS MÓVEIS	77.484,86
BENS IMÓVEIS	248.611,89
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	86.625,65
DIFERIDO	4.868,54
SISTEMAS PROCESSAMENTO DADOS	9.469,78
(-)AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	4.801,24
PASSIVO	1.989.169,33
PASSIVO FINANCEIRO	14.227,72
OBRIGAÇÕES OPERACIONAIS	5.639,41
OBRIGAÇÕES FISCAIS E SOCIAIS	3.675,11
OBRIGAÇÕES COM O PESSOAL	185,89
OBRIGAÇÕES DIVERSAS	0,00
CRÉDITOS DIVERSOS	1.778,61
OBRIGAÇÕES PROVISIONADAS	8.588,31
PROVISÕES P/ENCARGOS C/PESSOAL	8.688,31
SALDO PATRIMONIAL	1.974.941,61
ATIVO LÍQUIDO REAL	1.889.619,85
SUPERÁVIT ACUMULADO	85.321,75

ADUFRGS – ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS		FOLHA 2
RUBRICAS / MESES	MAR	ACUMULADO
RECEITAS	114.946,54	348.090,83
RECEITAS CORRENTES	82.354,78	246.843,73
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	82.354,78	246.843,73
RECEITAS PATRIMONIAIS	31.217,00	99.377,03
RECEITAS FINANCEIRAS	31.187,00	99.347,03
RECEITAS PATRIMONIAIS DIVERSAS	30,00	30,00
RECEITAS DE ATIVIDADES SINDICAIS	0,00	0,00
PARTICIPAÇÕES EM AÇÕES COLETIVAS	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS	1.374,76	1.870,07
RECUPERAÇÃO DE DESPESAS	1.174,76	1.470,07
OUTRAS RECEITAS	200,00	400,00
DESPESAS	101.749,46	279.052,52
DESPESAS CORRENTES	101.749,46	279.052,52
DESPESAS COM CUSTEIO	21.473,73	71.339,19
DESPESAS COM PESSOAL	13.385,73	32.907,50
DESPESAS COM OCUPAÇÃO E SERVIÇOS	1.710,08	12.908,00
DESPESAS DE EXPEDIENTE	3.294,48	15.059,61
DESPESAS C/IMPOSTOS/TAXAS/ONUS DIVERSOS	499,11	2.958,25
DESPESAS LEGAIS	0,00	0,00
DESPESAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	857,89	2.036,89
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	1.382,42	4.147,20
DESPESAS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO	335,78	1.181,42
ENCARGOS FINANCEIROS	63,26	168,36
DESPESAS COM ATIVIDADES ASSOCIATIVAS	57.664,96	139.938,61
DESPESAS COM VEICULAÇÃO	11.829,68	13.058,48
DESPESAS COM VIAGENS	32.789,30	47.554,50
DESPESAS COM ATIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	780,00	2.939,00
DESPESAS C/ATIVID. POLÍTICO-ASSOCIATIVA	1.920,00	8.727,63
DESPESAS COM PUBLICAÇÕES	10.246,00	48.404,00
DESPESAS DIVERSAS ASSOCIATIVAS	0,00	21.255,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.610,75	67.774,72
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANDES	18.577,01	55.084,32
CONTRIBUIÇÕES PARA A CUT	4.033,74	12.090,40
RESULTADO LÍQUIDO DO MÊS	13.197,08	69.038,31
RESULTADOS ACUMULADOS DO EXERCÍCIO	69.038,31	69.038,31
MARIA APARECIDA CASTRO LIVI	NINO H. FERREIRA DA SILVA	
Presidente	Contador - CRC-RS 14.418	

* Professor do Departamento de Botânica da Ufrgs.

Insurgência colombiana: ameaça para a América Latina?

A ideologia norte-americana de chamar de terrorista qualquer pessoa ou organização que se oponha à sua política imperialista encontra retumbante eco no governo colombiano de Uribe e em muitos meios de comunicação, inclusive no Brasil.

Três fatos jornalísticos ocorridos no mês passado (abril/2003) levam a crer que se avizinha uma forte campanha para fazer acreditar que a insurgência colombiana está se convertendo em uma ameaça para os países da América Latina.

Em início de abril, um cidadão colombiano, que assistia a um evento político em La Paz (Bolívia), foi preso sob cargo de conspiração terrorista, acusado de tentar fundar um grupo guerrilheiro na região cocaleira da Bolívia.

Em 30 de abril, a Folha de S. Paulo noticiou que teria sido encontrado um acampamento das FARC na divisa do Brasil com a Colômbia. A notícia não é clara sobre se o acampamento estaria do lado brasileiro ou do lado colombiano, mas o coordenador da Operação Cobra da Polícia Federal, Mauro Spósito, se referiu ao movimento insurgente como “narco-guerrilha”, termo adotado pelo governo norte-americano em todos os comunicados sobre o tema.

Finalmente, o mesmo jornal publicou em 28 de abril artigo do delirante jornalista Olavo de Carvalho, arauto da ultradireita gaúcha, denunciando, de forma irresponsável e sem nenhuma prova, que a campanha de Lula teria tido apoio financeiro das FARC.

Na guerra antiterrorista de Bush, Colômbia tem prioridade no contexto latino-americano. Os dinheiros do Plano Colômbia (mais de 2 bilhões de dólares já aplicados pelos EUA desde 2000), e a vitória da Álvaro Uribe, fiel súdito dos interesses norte-americanos, não foram suficientes para propinar derrotas político-militares à insurgência colombiana. Pelo contrário, azoinado com a 2ª guerra contra o Iraque, Uribe pediu ao governo Bush que também interviesse na Colômbia para eliminar de vez essa “caterva de bandidos”. Mês passado, Uribe, contra suas declarações dos meses anteriores já aceita negociar a troca de prisioneiros retidos pelas FARC por guerrilheiros presos.

A mídia brasileira e mundial, na maioria das vezes, mostra os acontecimentos na Colômbia de forma muito imediatista e influenciada pela retórica norte-americana. Não se considera o passado político e as causas de crescimento da insurgência nesse país.

Por que falham reiteradamente as vias políticas de solução do conflito na Colômbia? A resposta pode ser encontrada a partir dos fatos. A história mais recente de diálogos com a insurgência é inaugurada com o presidente Belisário Betancur em 1984. Surge a União

Patriótica, um grupo político legal que pretendia ser uma alternativa à ação armada de esquerda. Em pouco mais de cinco anos foram assassinados 4.500 dos seus militantes por forças paramilitares. Entre os mortos caíram três candidatos a presidente, vários congressistas, dezenas de vereadores e milhares de sindicalistas e líderes populares. A maioria dos seus sobreviventes não teve outra opção a não ser se exilar no exterior ou ingressar na guerrilha.

Posteriormente, no governo de César Gaviria,

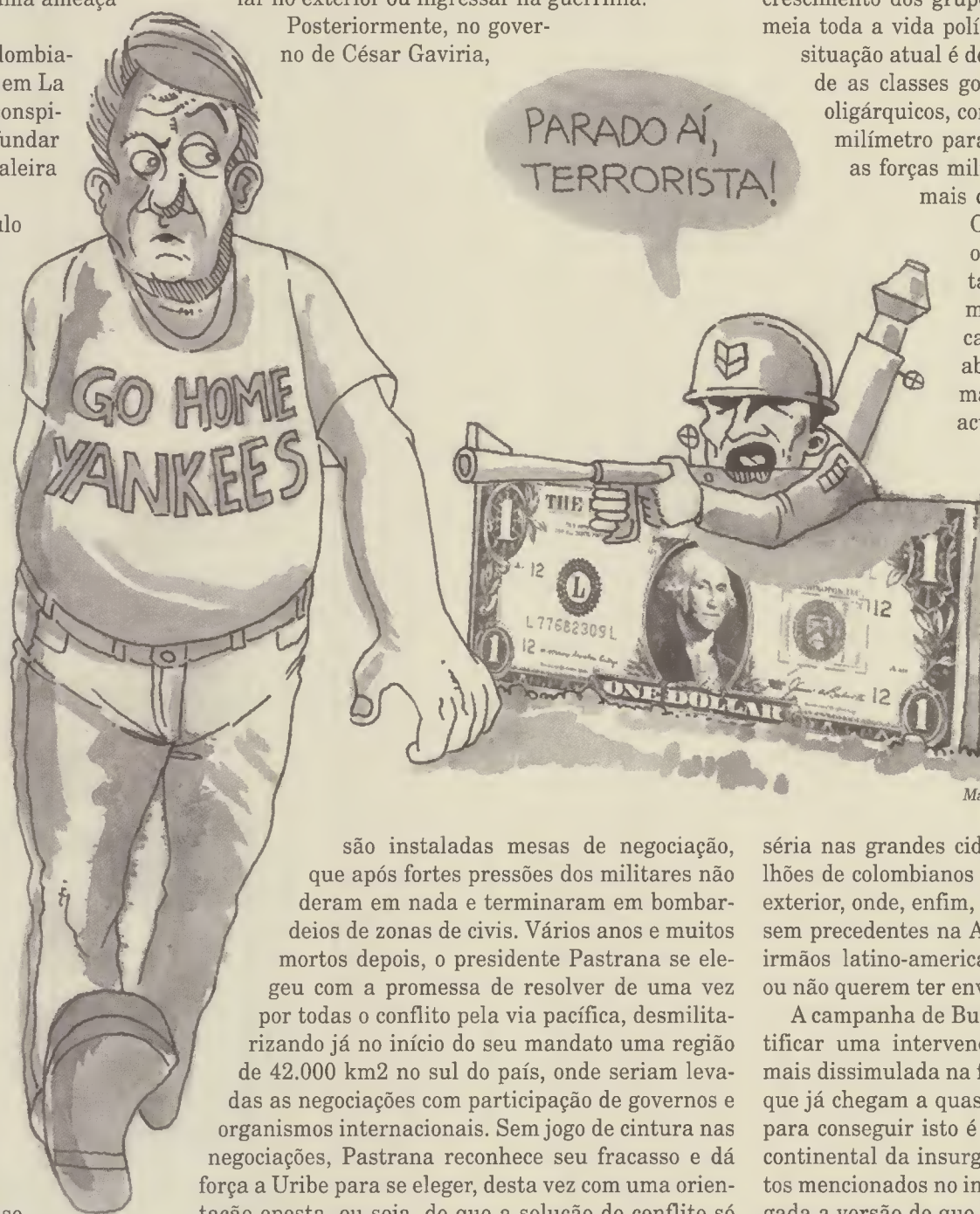
ocorreu em 1997 com a criação das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), que hoje tem entre 6.000 a 8.000 combatentes. As suas ações se caracterizam por ter o apoio logístico e de inteligência do próprio exército oficial e por atacar a população civil, causando massacres que já cobraram a vida de mais de 15.000 pessoas, segundo os cálculos mais conservadores.

Sem dúvida, o auge no narcotráfico influenciou o crescimento dos grupos armados, como também permeia toda a vida política e econômica colombiana. A situação atual é de uma grande complexidade, onde as classes governantes representam setores oligárquicos, conservadores, que não cedem um milímetro para manter seus privilégios, onde as forças militares são fortalecidas cada vez mais com os dólares dos EUA (Plano Colômbia, Iniciativa Andina),

onde os grupos paramilitares também são reforçados indiretamente por esta via e tem maior capacidade militar para cometer abusos assassinando civis desarmados, onde a guerrilha se vê acuada e forçada a aumentar as ações bélicas, onde o narcotráfico não somente não foi reprimido com as fumigações contempladas no Plano Colômbia, mas cresceram 24% desde a implantação desse Plano em 2000, onde quase três milhões de camponeses pobres (7% da população) são obrigados a se exilar internamente aumentando o desemprego e a miséria nas grandes cidades, onde mais de quatro milhões de colombianos que têm condições se exilam no exterior, onde, enfim, está ocorrendo uma guerra civil sem precedentes na América Latina e onde os países irmãos latino-americanos não tomam conhecimento ou não querem ter envolvimento.

A campanha de Bush agora está direcionada a justificar uma intervenção direta na Colômbia e não mais dissimulada na figura de “assessores militares”, que já chegam a quase um milhão. E a melhor forma para conseguir isto é vender a idéia de uma ameaça continental da insurgência colombiana. Além dos fatos mencionados no início do artigo, vem sendo propagada a versão de que o governo venezuelano de Hugo Chávez apóia a guerrilha e que inclusive haveria acampamentos das FARC e do ELN em território venezuelano. A realidade é que grupos paramilitares de ultradireita têm atacado camponeses venezuelanos, com o argumento de serem apoiadores da guerrilha colombiana.

As FARC já se pronunciaram quando foi estabelecida a operação Cobra na fronteira colombo-brasileira. Para eles não tem nenhum interesse realizar ações fora do território colombiano, até porque o que esperam é apoio político e ações de denúncia contra a política de terrorismo de estado que os sucessivos governos colombianos implementam apoiando e mantendo grupos paramilitares. Mas os falcões norte-americanos também querem ganhar esta guerra. À sua maneira.



são instaladas mesas de negociação, que após fortes pressões dos militares não deram em nada e terminaram em bombardeios de zonas de civis. Vários anos e muitos mortos depois, o presidente Pastrana se elegeu com a promessa de resolver de uma vez por todas o conflito pela via pacífica, desmilitarizando já no início do seu mandato uma região de 42.000 km2 no sul do país, onde seriam levadas as negociações com participação de governos e organismos internacionais. Sem jogo de cintura nas negociações, Pastrana reconhece seu fracasso e dá força a Uribe para se eleger, desta vez com uma orientação oposta, ou seja, de que a solução do conflito só pode ser militar.

A história dos últimos 40 anos na Colômbia mostra que essa política, ao invés de resolver a guerra, a intensifica. Na década de 1960, os principais grupos guerrilheiros (FARC, ELN, EPL) não passavam de algumas centenas de combatentes. No início do século XXI, analistas calculam os combatentes dos grupos FARC e ELN em 25.000 a 30.000, sem contar milícias urbanas, apoiadores logísticos e simpatizantes.

Aparte desse crescimento da insurgência, outra consequência da exacerbação da guerra foi o nascimento de grupos paramilitares, financiados por latifundiários e narcotraficantes, com claro apoio de setores das forças militares oficiais e com tolerância dos governos. A união dos diferentes grupos paramilitares

Claudio Willer – sociólogo, psicólogo e escritor, presidente da União Brasileira de Escritores

Em defesa da literatura

Acada ano, exames como o ENEM e o "Provão" mostram que leitura, interpretação de textos e expressão pela escrita são áreas críticas. Pesquisas apontam níveis elevados de analfabetismo funcional, e nossos estudantes, faltando-lhes o hábito da leitura, escrevem e se expressam mal, e apresentam dificuldades de raciocínio e interpretação da realidade. Por isso, preocupam os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ministério da Educação, PCNs. Demonstram que sempre é possível piorar. No capítulo sobre Línguas, Códigos e suas Tecnologias, a literatura deixa de existir, não apenas como disciplina, mas como campo autônomo do conhecimento, para corrigir o modo como, citando esse documento, a disciplina na LDB nº 5.692/71 vinha dicotomizada em Língua e Literatura (com ênfase na literatura brasileira). O abandono dessa dicotomia é justificado por argumentos estranhos:

O conceito de texto literário é discutível. Machado de Assis é literatura, Paulo Coelho não. Por quê? As explicações não fazem sentido para o aluno. Outra situação de sala de aula pode ser mencionada. Solicitamos que alunos separassem de um bloco de textos, que iam desde poemas de Pessoa e Drummond até contas de telefone e cartas de banco, textos literários e não-literários, de acordo como são definidos. Um dos grupos não fez qualquer separação. Questionados, os alunos responderam: 'Todos são não-literários, porque servem apenas para fazer exercícios na escola.' E Drummond? Responderam: 'Drummond é literatura, porque vocês afirmam que é, eu não concordo. Acho ele um chato. Por que Zé Ramalho não é literatura? Ambos são poetas, não é verdade?'

Quem já coordenou oficinas ou rodas de leitura para jovens demonstrando vivo interesse por Machado, Drummond e outros autores de envergadura, percebe a insensatez dessa argumentação. Retrata uma situação de ensino de má qualidade alçada a referência, com a crítica à noção de valor literário a cargo de alunos desmotivados e professores incapazes de despertar seu interesse. Diante das dificuldades para ensinar literatura e resolver problemas metodológicos associados a esse campo, escolheram a solução mais cômoda: eliminá-la.

Os PCNs operam apenas com o eixo horizontal, descartando o vertical, para cumprir a missão atribuída ao ensino da língua, a preservação da identidade social de grupos menos institucionalizados. Defendem a natureza social e interativa da linguagem, em contraposição às concepções tradicionais, deslocadas do uso social. Por isso, não existe uma competência lingüística abstrata, mas sim, uma delimitada pelas condições de produção/interpretação dos enunciados, determinados pelos contextos de uso da língua. Assim, deixa de haver fala "correta", norma culta, na mesma medida que não há mais valor literário, e atribuí-lo a Shakespeare, Camões, Machado, Rimbaud, Mário de Andrade, não passaria de imposição autoritária, violência contra os contextos de uso: Aprende-se a valorizar determinadas manifestações, porque socialmente ela representa o poder econômico e simbólico de certos grupos sociais que autorizam sua legitimidade. Daí que o desenvolvimento da competência lingüística do aluno no Ensino Médio, dentro dessa perspectiva, não está pautado na exclusividade do domínio técnico de uso da língua legitimada pela norma padrão (...).

As afirmações de abandono dos "aprioris", ao longo desses PCNs, não impedem que se identifique uma orientação. No planejamento do ensino de língua e literatura, depois da balança haver-se inclinado em favor dos formalistas (que também deram sua contribuição à burocratização do conhecimento, ao transformarem

alunos em aprendizes de fórmulas e diagramas), agora pende em favor do relativismo sócio-cultural. Essa orientação, assim como outras, tem sua contribuição a dar. No entanto, um documento público não pode adotá-la exclusivamente, de modo dogmático. Precedentes da oficialização de paradigmas como política de Estado são tenebrosos, bastando lembrar a adoção da biologia de Lisenko pelo estalinismo.

É hora de professores, autoridades e técnicos do ensino pararem de brincar de antropólogos. Ao reproduzirem posturas que seriam corretas em pesquisas de campo, prejudicam os alunos. Estes terão que sair de onde estão, procurar emprego, relacionar-se com outros "contextos". A informatização aumentou exigências de domínio da escrita. Empregadores não aderiram ao relativismo pós-moderno. Esperam que candidatos exibam domínio da norma padrão, e não da expressão de seu "grupo social".

Conhecimento não destrói; adiciona algo a quem o assimila, e pode ajudá-lo a melhorar de vida. Nada contra turmas de bairro, tribos urbanas e demais "contextos" e "grupos sociais" subentendidos pelos PCNs. Mas, perdendo-se de vista a necessidade de haver algo em comum, teremos uma sociedade fragmentada, um amontoado de grupos expressando-se através de jargões, modismos, sem chance de se entenderem com outros grupos e sub-culturas através da língua, cuja dimensão nacional era garantida pela transmissão de conhecimentos literários. E, fora da escola, há um repertório comum, efusivamente partilhado: aquele da mídia. Em programas de "leitura" para escolares, estes exibirão os cacoetes da Xuxa, de Petrolina a Dourados.

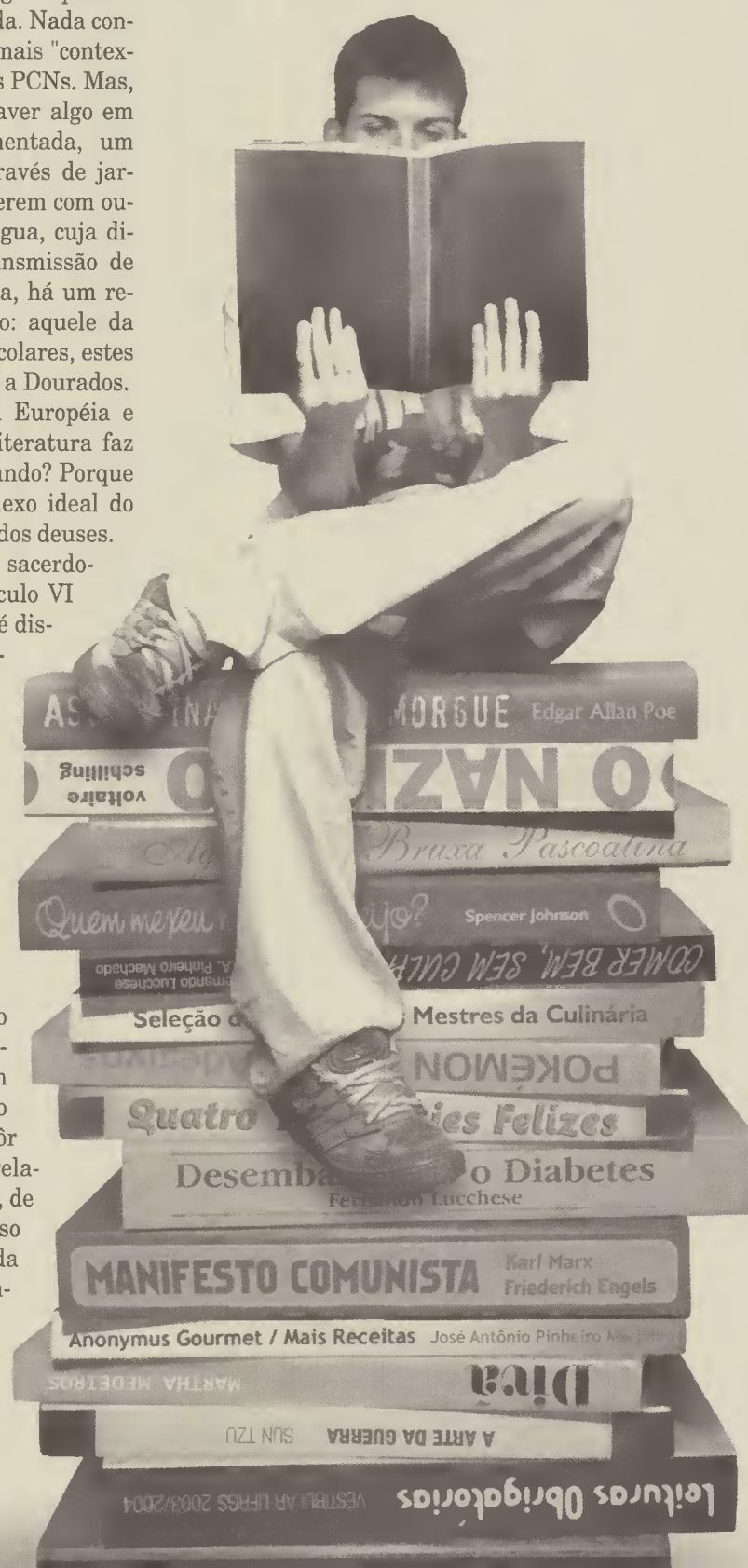
Ernst Robert Curtius, em *Literatura Européia e Idade Média Latina*, diz o seguinte: A literatura faz parte da "educação". Por quê, e desde quando? Porque os gregos encontraram num poeta o reflexo ideal do seu passado, de sua existência, do mundo dos deuses. Não possuíam livros sacros nem castas sacerdotais. Sua tradição era Homero. Já no século VI era um clássico. Desde então a literatura é disciplina escolar, e a continuidade da literatura européia está ligada à escola.

Está mesmo? Ou não interessa mais, a não ser como aproximação a algum "contexto" particular, conforme os PCNs, para os quais a linguagem verbal se caracteriza como construção humana e histórica de um sistema lingüístico e comunicativo em determinados contextos? Admitindo-se uma "civilização ocidental" que foi mudando ao longo do tempo, para melhor e para pior, e que a literatura seja constitutiva dessa civilização, como pretende Curtius, então os PCNs anunciam seu fim. Mudanças e rupturas fazem parte da história. Mas, rompendo com o dever da civilização, teríamos algo para pôr em seu lugar? O quê? Por trás da crítica relativista ao valor, à norma culta, à erudição, de seu aparente pluralismo, há um espesso conformismo. Ao rebaixar a importância da literatura em instituições de ensino, sanciona a sociedade midiática, em lugar de oferecer alternativas a ela.

PCNs mereceriam mais comentários. Por ora, só uma questão: o documento postular uma linguagem verbal, a fala, sendo possível delimitar a linguagem verbal e não-verbal e seus cruzamentos verbo-visuais, audio-visuais, audio-verbo-

visuais etc. Para outros autores, o termo linguagem se aplica exclusivamente ao repertório verbal, não devendo, por sua complexidade e especificidade como mediação entre o ser humano e o mundo, ser confundida com os demais sistemas de signos. Ainda bem. Se não, iria repetir-se sempre o que me foi relatado por uma amiga, realizadora de uma adaptação teatral de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, que ouviu, consternada, uma professora recomendá-la nestes termos: "Vão ver a peça, assim não precisam ler o livro." É claro. Sendo muitas as "línguas", então vale tudo.

O que, afinal, deve compor o ensino de literatura, qual a orientação a privilegiar - estudos sócio-culturais? formalismo? história? algum enfoque marxista? Tudo isso e muito mais. É preciso ler bastante literatura, além de estudar teorias, por mais que tome tempo e dê trabalho. A questão não é mais optar entre esse ou aquele paradigma, mas entre civilização e barbárie.





As visões de Bavcar, o fotógrafo cego

Quando nós imaginamos as coisas, nós existimos. Quando uma pessoa cega diz “eu imagino”, ela quer dizer que consegue ter uma representação interna de uma realidade exterior”.

Essa é a “revelação” que Evgen Bavcar, o homem que vive o paradoxo de ser cego e fotógrafo, traz à luz. Com a fotografia, cria-se imagens. Evgen Bavcar imagina, fotografa. “Imagens são mais que o visual, as imagens dos cegos são imagens também. Eu imagino o mundo”, diz ele, e acrescenta: “não sou só um cego que faz fotos, eu penso a fotografia”.

Bavcar nasceu na Eslovênia, e ficou cego aos 12 anos de idade após dois acidentes. O olho esquerdo perdeu a visão quando perfurado por um galho de árvore. O olho direito foi afetado durante a explosão de um detonador de minas com o qual ele brincava. Em oito meses havia perdido a visão completamente. Por volta dos 17 anos, Bavcar conheceu a fotografia através da irmã, que lhe emprestou uma câmera fotográfica para que ele fotografasse uma menina do colégio. Ele estava apaixonado. Desde então, afirma ter descoberto a forma de exteriorizar suas imagens interiores: “a câmara obscura é um método efêmero do apagar da luz para que essa possa melhor se fazer valer. Na minha própria experiência, o aparelho fotográfico não é mais do que um acessório técnico com o qual eu tento exprimir minha situação existencial”, analisa.

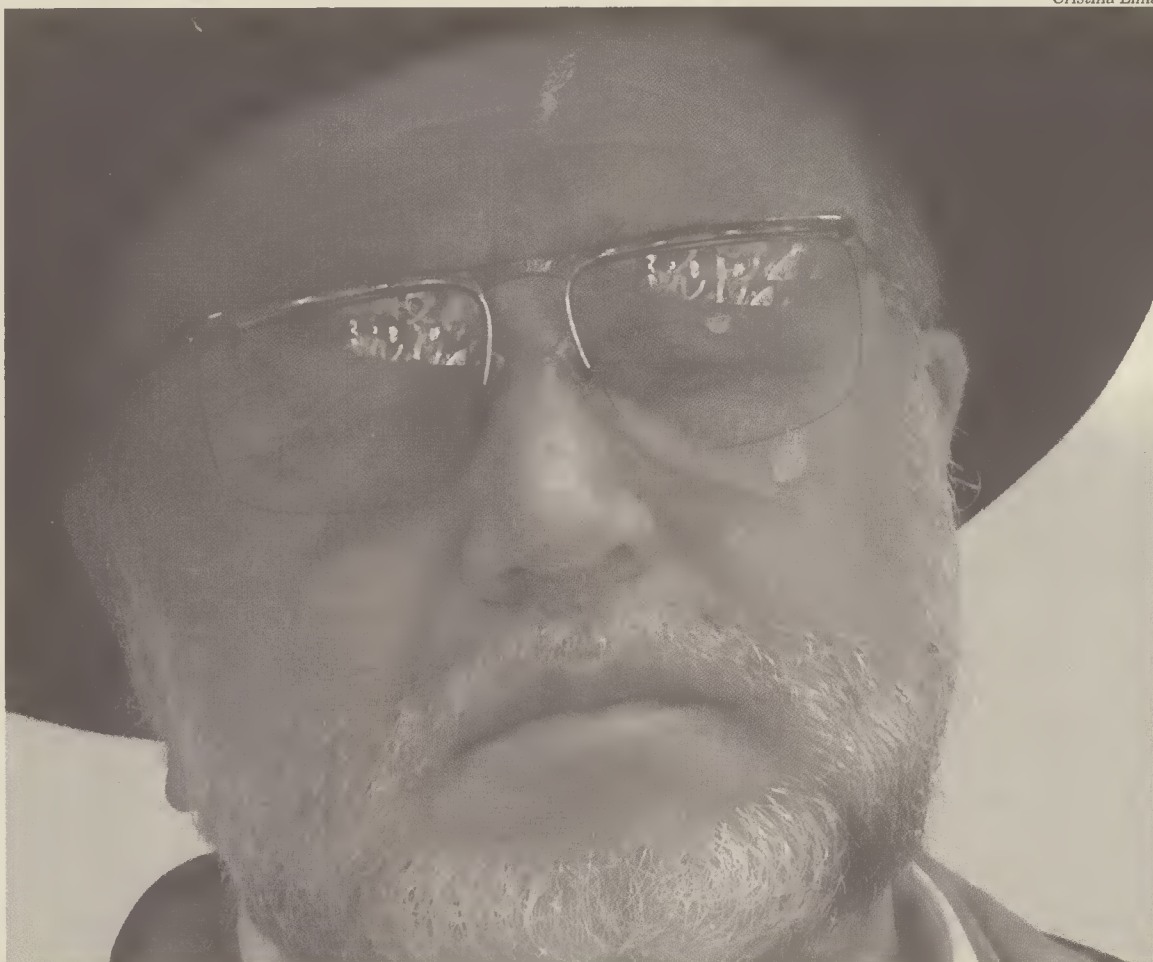
Doutor em História, Filosofia e Estética pela Universidade de Sorbonne, na França, Bavcar vive em Paris e viaja o mundo. Esteve em Porto Alegre na segunda-feira, dia 19 de maio, para a Aula Inaugural dos Institutos de Psicologia e Artes da Ufrgs. Dividiram a mesa com Bavcar Círio Simon, diretor do Instituto de Artes e Élica Tessler, além de Hélio Fervenza, da pós-graduação em Artes Visuais. Também Cleci Maraschin, da pós-graduação do Instituto de Psicologia.

Depois de ouvir Bavcar, fica-se com a sensação de que realmente estamos imersos em informação. Na promiscuidade multimídia de dados, imagens e notícias, é cada vez mais difícil uma avaliação criteriosa do que vemos. Bavcar lembra de Platão e seu Mito da Caverna, o que ele considera a primeira fotografia do mundo. Estamos, segundo Bavcar, mais do que nunca, na sombra da caverna. “Nosso espírito precisa de descanso para ver outras coisas”, ele diz. Bavcar falou

minhas fotografias porque seria igual a tentar dizer de que jeito se faz amor, é muito íntimo”, revida Bavcar.

Conhecer Evgen Bavcar é, em contrapartida, ser entrevistado. “Qual a cor do seu cabelo?”, ele pergunta em um espanhol que é quase português. “É comprido? Deixa eu pegar.”, continua. Depois pede para que seu interlocutor fique em pé ao seu lado: “as mulheres brasileiras são mais altas que as francesas”, comenta. Para depois contar sobre sua série de retratos de mulheres latino-

americanas, intitulada de “As últimas mulheres”. Bavcar foi um dos participantes do documentário brasileiro Janela da Alma (Brasil, 2002). No filme de João Jardim e Walter Carvalho, 19 pessoas com diferentes graus de deficiência visual, da miopia discreta à cegueira total, falam como se vêem, como vêem os outros e como percebem o mundo. Estão na fita, junto de Bavcar, o escritor e prêmio Nobel José Saramago, o músico Hermeto Paschoal, o cineasta Wim Wenders, entre outros. Hermeto Paschoal conta que, na infância, as meninas caíam de amores pelos seus olhos agitados e meio vesgos. O cineasta Wim Wenders fala da lembrança da tentativa infantil de tatear a própria casa de olhos fechados para sentir o mundo da mesma maneira que sua adorada tia, que era cega. Concorde com Bavcar quando afirma: fora do enquadramento dos óculos, a realidade lhe parece excessiva. “Com a palavra, pode-se



Cristina Lima

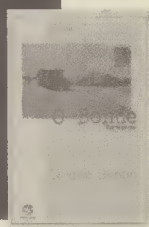
pouco e respondeu a diversas perguntas. O fotógrafo assiste televisão? “As imagens da tevê são clichês tão grandes que sei quando os homens se abraçam, ou quando acontece algum crime, apenas ouvindo a música que toca”, ele responde.

E por que começar a fazer fotos coloridas, depois de um longo tempo apenas com fotografias em preto e branco? “Freud disse que os sonhos a cores são sonhos eróticos. Uma cor é uma ilusão, o vermelho de uma foto, na verdade, é uma boca”, diz. E quando perguntam como pode um cego fotografar? “Não posso mostrar como faço

criar imagens, como fazemos dos santos que nunca vimos. A palavra é cega, mas porta imagens, cria possibilidades de imagens. Somos todos cegos frente a um texto, imaginamos frente a ele”, diz Bavcar.

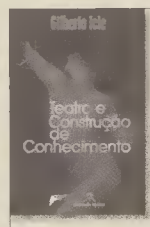
Não foi a primeira visita do fotógrafo ao Estado. Porto Alegre é uma cidade onde mantém amigos e sobre a qual fala com gosto: “os bem-te-vis me olham em Porto Alegre, e eu também os vejo, a minha maneira. Porto Alegre significa a possibilidade de outra imagem”, conclui o fotógrafo cujas visões interiores são condicionadas pela visão dos outros.

ORELHA



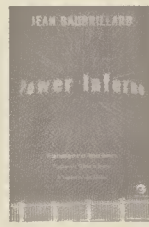
O bonde

Claude Simon
A literatura é feita de memória. O prêmio Nobel da literatura de 1985 mostra neste romance que recordar é um fluxo contínuo de vida e de criação. O leitor é arrastado para uma vertigem de lembranças, de frases e de sensações, em que a clareza do texto organiza histórias e fatos, fazendo do passado a matéria-prima de um presente carregado de velhas e de novas emoções. Editora Sulina, 94 p. R\$ 20,00.



Teatro e construção do conhecimento

Gilberto Icle
Resultado da pesquisa no PPG em Educação da Ufrgs, intitulada Por sobre o demônio da ignorância: a improvisação como construção de conhecimento no trabalho do ator, e deu origem à dissertação de mestrado do autor. Analisa o trabalho cotidiano do grupo Usina do Trabalho do Ator na preparação de seus atores. Editora Mercado Aberto.




Power Inferno


Jean Baudrillard
A guerra acabou. O Iraque foi derrotado. Saddam Hussein já não reina. Mas por que a guerra começou? Não se poderia dizer que a Guerra do Iraque nem aconteceu, na medida em que não houve resistência nem verdadeiros combates entre dois adversários em condições reais de confronto? Jean Baudrillard, em Power Inferno, revela as metamorfoses e os pretextos da guerra pós-moderna. Editora Sulina, R\$ 18,00, 75p.

WWW

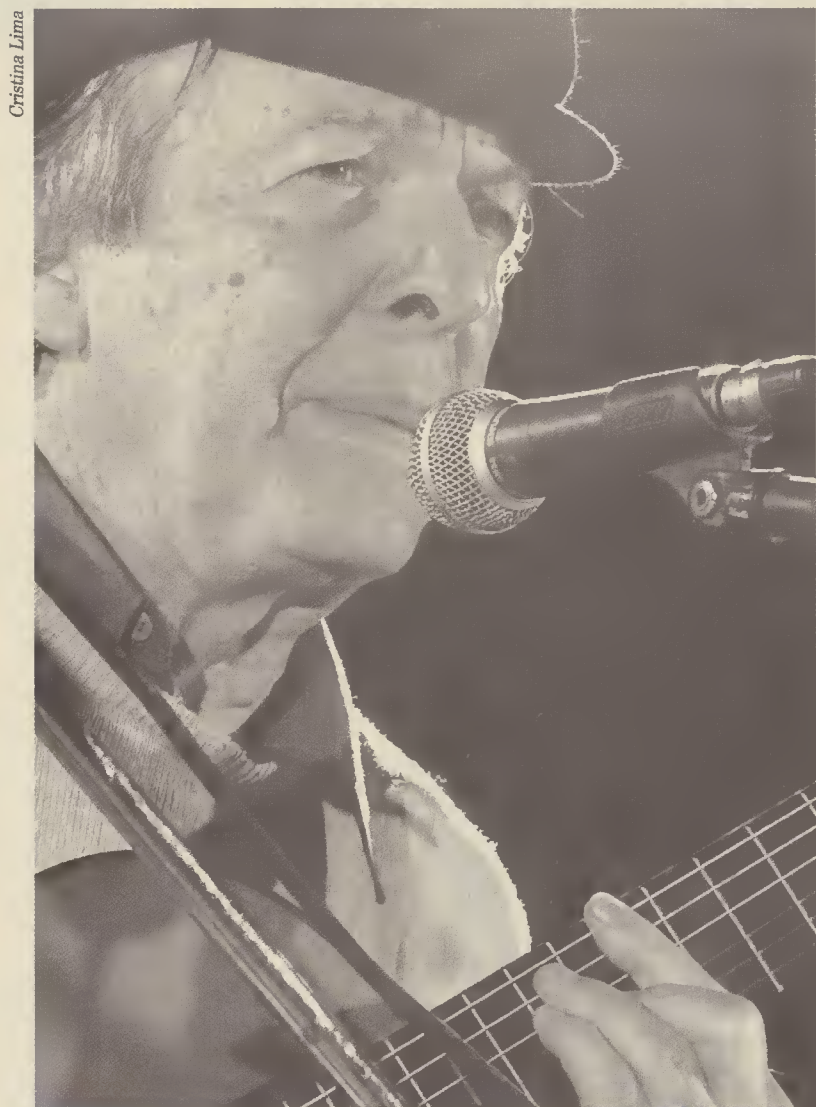
Ponto de vista

 www.pontodevista.jor.br
"Um ruído eletrônico anárquico". Site com mais de 200 páginas onde podem ser descobertos subsídios e textos versando sobre diversos temas, do zen ao erotismo, comunicação, política...

Arte

 www.artewebbrasil.com.br
Endereço das artes visuais do RS. Destaque para a parte sobre o Torreão, espaço de Jailton Moreira e Élica Tessler, do Instituto de Belas Artes da UFRGS.

“Uma canção é uma faísca apenas, algo muito frágil”



Cristina Lima

O músico uruguaio Daniel Viglietti segue em pé de guerra contra as injustiças sociais e a mediocridade que impera na maioria das produções musicais recentes. Capaz de compor hinos que emocionam o mundo, este uruguaio possui cadeira cativa nos manuais da canção latino-americana. Desde o início de seu trabalho, desenvolve uma intensa atividade em teatros, universidades e sindicatos. Seu compromisso político e social, no entanto, o levou ao cárcere no seu país e a um exílio de mais de dez anos. Além da música, Viglietti teve também uma passagem importante pelo jornalismo uruguaio, nos semanários Brecha e Marcha, e em outros jornais latino-americanos e espanhóis. É, ainda, locutor radiofônico: produz e apresenta o programa cultural Tímpano, que vai ao ar pela rádio El Espectador, de Montevideu. O canto de Viglietti, tentativa de quebrar o silêncio, por vezes exigiu enfrentamento. No início dos anos 70, quando a repressão à guerrilha urbana dos tupamaros levou o Uruguai a uma ditadura militar, nomes como Alfredo Zitarrosa, Eduardo Galeano e Viglietti sentiram na pele a fúria do governo, tornando-se vítimas de censura, ameaças e prisões. A prisão de Viglietti, entre outros, fazia o Uruguai prever tempos difíceis. Uma campanha realizada em seu país e no exterior, encabeçada por gente como o filósofo Jean Paul Sartre, o estadista François Mitterrand, o escritor Júlio Cortázar e o arquiteto Oscar Niemeyer, o colocou em liberdade. Depois do cárcere, em 72, Viglietti rumou para um exílio de mais de 10 anos. Passou por Buenos Aires, fez alguns recitais no Peru e no Chile e depois seu destino foi a Europa, mais precisamente Paris. Viglietti esteve em Porto Alegre no dia 30 de abril para as comemorações do Dia do Trabalhador e conversou com o Adverso.

Viglietti: “temos que defender Cuba, que segue sendo a pátria livre da América Latina em um sentido muito profundo”

AD verso - **Como o senhor encara seu papel de poeta e cantor popular frente ao avanço da globalização neoliberal e da crise política nos países do Cone-Sul?**

Daniel Viglietti - Uma canção é uma faísca apenas, algo muito frágil, muito delicado. Por mais que, às vezes, ela aborde palavras fortes ou trate de conceitos e idéias de mudança, sempre é frágil. Sem dúvida que é um elemento a mais dentro da cultura para se opor a essa máquina de destruição que pode se chamar globalização, neoliberalismo ou capitalismo. O nome muda e a maldade é a mesma, a crueldade é a mesma. Isto que está sofrendo agora o povo do Iraque é impressionante, a quantidade de seres humanos inocentes que foram mortos é algo terrível. E está muito claro que os Estados Unidos, a Inglaterra, a Espanha e outros países são cúmplices nisso. Creio que a canção deve seguir atuando, trabalhando, a canção é algo necessário. Não resolve nada em si mesma, por sua fragilidade, como eu dizia antes, mas o que faria o silêncio sem a canção? O silêncio teria muito medo, o silêncio estaria quase moribundo. A canção dá vida ao silêncio.

Adverso - Sendo assim, como resgatar a obra de grandes compositores latino-americanos, como Violeta Parra, Vitor Jara, Alfredo Zitarrosa, além da sua obra?

Viglietti - Essa é uma parte do meu trabalho. Eu me dedico a trabalhar, antes de mais nada, com minhas próprias canções. E, em alguma época, fiz canções sobre poetas como García Lorca, (Mario) Benedetti, (Washington) Benavides, (Circe) Maia... Em outra parte do meu trabalho, eu trato de divulgar Violeta Parra, Chico Buarque cantando em espanhol, algumas canções de Edu Lobo. E, naturalmente, este professor que nunca nos deu aula, mas que nos ensinou com o que fez, que foi Atahualpa Yupanqui. Eu sigo trabalhando nestas três vertentes, mas me concentro,

sobretudo, em minhas próprias canções, nas minhas letras, para seguir narrando.

Adverso - E a idéia de realizar apresentações com o poeta uruguaio Mario Benedetti? Seria possível uma apresentação desta parceria aqui no Brasil?

Viglietti - A idéia começou com outros escritores menos conhecidos. No começo dos anos 60, estive com Juan Capogorry, poeta uruguaio, o primeiro que fez essa combinação de escritor-cantor-poeta. Depois, no meu exílio na Europa e viajando por toda parte, trabalhei muito com Eduardo Galeano. Eduardo antecipava textos de livros futuros e eu cantava canções que fizessem sentido com eles. E depois, com Benedetti, também no exílio, foi com quem fiz mais e com quem gravei o disco. Por isso que esse trabalho é mais conhecido que os outros. O trabalho com Mario, chamamos de “A Dos Vozes”. E o fazemos

“O tema da universidade é tremendamente importante, como o da mulher e toda sua luta”

muito raramente agora porque temos muitas atividades, e fica difícil coincidir as viagens, tudo isso... Faz pouco o fizemos na Espanha e no Uruguai. E agora ele vai à Europa e eu vou estar no Uruguai. Ele volta, eu saio, por isso é um pouco difícil que venha ao Brasil.

Adverso - Falando em Brasil, que expectativa o Uruguai deposita no governo Lula? O senhor acredita na possibilidade da união dos países do Cone-Sul em torno de uma pauta comum para fazer frente à Alca?

Viglietti - Eu espero que sim. É muito importante o resultado das eleições argentinas para que o caminho seja o mais favorável possível para unir forças entre os países do Cone-Sul. É importante unir-nos e traba-

lharmos juntos em diferentes níveis. São coisas muito diferentes: no comércio exterior, em apoiar todos os resultados de uma política agrária comum. Temos que nos juntar porque estão tratando de nos destruir por separado, de nos dividir. É aquela frase, dividir para reinar. Já seria dividir para assassinar, para aniquilar, como estão tratando de dividir os países árabes. Claro que Saddam Hussein naturalmente não era Fidel Castro, nem Che Guevara. Era outra coisa que não tem nada que ver. Era um tirano, mas o problema não era esse. O problema é que um país tem direito de eleger o seu caminho, de defender sua riqueza. Naturalmente, para os norte-americanos, o nome do Iraque é petróleo. Então temos que nos defender dos futuros ataques que podem vir, que podem vir sobre Cuba. Temos que defender Cuba, que segue sendo um território que, com alguns acertos e alguns erros, é a pátria livre da América Latina em um sentido muito profundo.

Adverso - Como o senhor vê o papel das universidades públicas com a arte e a cultura popular e a inclusão social, principalmente no Uruguai e no Brasil?

Viglietti - Fundamental, eu creio. Apoiei, no lugar da universidade privada, a universidade pública. A universidade nacional, porque lá nós chamamos a Universidade da República. Parece-me fundamental, mas o governo reacionário e conservador nos nega apoio. Esperamos que, no Uruguai, também aconteça uma mudança de conjuntura política para as próximas eleições, para que haja mais apoio à universidade. Hoje cantei uma canção que foi feita por um universitário, como exemplo de que os estudantes, junto com os trabalhadores, começaram essa história. O tema da universidade é tremendamente importante, como o da mulher e toda a sua luta. Eu hoje cantei uma canção sobre Soledad Barret, uma companheira lutadora que foi assassinada por um traidor, um vil traidor, o cabo Anselmo. Mataram-na no Recife. O tema da mulher, o tema dos jovens, dos estudantes, dos trabalhadores. Amanhã é o Dia do Trabalhador, unir-se, juntar-se para seguir avançando. Pedro, Maria, Juan y Jose, como digo na minha canção.